

3

Os modernos fluminenses, a valorização da história e os usos do passado

Os anos que sucederam a I Guerra Mundial ensejaram reflexões sobre os caminhos e descaminhos da civilização européia. A barbárie do conflito colocava em xeque o ideal civilizatório do Velho Continente. Concomitantemente, no Brasil, criticava-se a organização política e social vigente⁹². Os intelectuais envolvidos nesse processo identificavam inúmeros aspectos considerados como entraves para a formação de um Brasil moderno. Segundo Eduardo Jasmim de Moraes, o primeiro tempo modernista foi marcado pelas críticas à tradição vigente e o estabelecimento de um ímpeto renovador⁹³. Já a segunda fase, pós 1924, foi o período de investimento em estudos sobre o Brasil e a brasilidade. Desejava-se “*redescobrir o Brasil*”⁹⁴.

Apesar da celebração dos intelectuais paulistas como propugnadores do pensamento modernista, com feições variadas, tais questionamentos estavam presentes em várias partes do território brasileiro⁹⁵. No estado do Rio de Janeiro, nosso objeto de estudo, este fora um período de alterações significativas. Era um momento de intensas disputas políticas em solo fluminense que levaram a mudanças nas diretrizes governamentais locais, assim como ao surgimento de

⁹² O dossiê anos 1920 da revista *Estudos Históricos* nos proporciona um panorama geral das questões sociais, políticas, econômicas e culturais então debatidas no período. Cf. **Estudos Históricos**. Dossiê anos 20. Rio de Janeiro, vol. 6, nº 11, Ano 1993/1.

⁹³ Eduardo Jardim de Moraes. **A brasilidade modernista**. Sua dimensão filosófica. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978. Do mesmo autor. Modernismo revisitado. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 1, nº 2, 1988, p. 220-238.

⁹⁴ Elias Thomé Saliba. Reinvenção da história. In: **Brasil-brasil: cousas notáveis e espantosas** (Olhares modernistas). Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses. 2000. p. 43-49.

⁹⁵ Estudos de história da literatura destacam a pluralidade do modernismo no Brasil discutindo suas especificidades, por exemplo, em Minas Gerais, no Rio Grande do Sul, em Pernambuco e Alagoas e em Minas Gerais. Cf. Antônio Cândido. **Literatura e sociedade**. Estudos de teoria e história brasileira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. Alfredo Bosi. **História Concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1982. Neroaldo Pontes de Azevedo. **Modernismo e regionalismo**. Os anos 20 em Pernambuco. João Pessoa: Ed. UFPB; Recife: UFPE, 1996. Antonio Paulo Rezende. **(Des)encantos modernos**. Histórias da cidade do Recife na década de 1920. Recife: FUNDARPE, 1997. Moacir Medeiros de Sant'Ana. **História do modernismo em Alagoas** (1922-1932). Maceió: Edufal, 1980. Evelyn Morgan Monteiro. **A Revista: modernismo e identidade fluminense** (1919-1923). Rio de Janeiro: PUC-RJ, Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura. Dissertação (Mestrado em História), 2008. Helena Bomeny. **Guardiães da Razão: Modernistas Mineiros**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

ações e movimentos culturais que visavam a “redescoberta” do estado. No decorrer da década construíram-se discursos narrativos e imagéticos sobre o Rio de Janeiro que nos revelam alterações na forma como tais pensadores se relacionavam com o passado, e que passam a conferir um lugar de destaque à história em suas reflexões. Analisar tal mudança de paradigma é nosso objetivo neste capítulo. Nesse sentido consolida-se a idéia de que era necessário o estudo da história do estado do Rio de Janeiro como forma de definir uma Idade de Ouro a ser restaurada e, com isso, firmam-se as diretrizes para a produção historiográfica local a partir de então: temas, cronologias, fontes etc. A análise de tal contexto é importante, pois foi neste momento que se estabeleceram concepções do papel da história, do historiador e do fazer historiográfico com as quais os intelectuais fluminenses das décadas seguintes dialogaram.

3.1

O movimento literário no Estado do Rio de Janeiro nas décadas de 1910 e 1920

Entre cafés e agremiações literárias vivia a intelectualidade niteroiense da década de 1920, não diferindo das de outras regiões do país⁹⁶.

Apesar de terem existido outros, o Café Paris foi um dos poucos que ficaram imortalizados em relatos memorialistas e em estudos sobre a história literária de Niterói, então capital fluminense. Fundado em 1898, por Bento da Silva Braga, foi reduto de algumas gerações de intelectuais que por ele passaram até 1933, quando foi consumido por um incêndio. Localizava-se na antiga rua da Praia em frente a Mercado Municipal transformado, em 1908, em Estação Central

⁹⁶ A bibliografia que destaca a questão da boemia entre os intelectuais de princípios e meados do século XX é vasta. Entre outros podemos citar: Ângela de Castro Gomes. **Essa gente do Rio...** Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1999. João Paulo Coelho de Souza Rodrigues. A geração boêmia. Vida literária em romances, memórias e biografias. In: Sidney Chalhoub; Leonardo Affonso de M. Pereira. (Orgs.). **Capítulos de história social da literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 233-263. Nicolau Sevcenko. **Literatura como missão**. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1983. Musa Clara Velasques. **A Lapa boêmia**. Um estudo da identidade carioca. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1994. da mesma autora. **Homens de letras no Rio de Janeiro dos anos 30 e 40**. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000.

da Barcas da Companhia Cantareira e Viação Fluminense. Segundo Carlos Werhs, sua localização era central, pois ali “*veio a ser o lugar de passagem obrigatória para um grande público. Da entrada do estabelecimento podia-se divisar o relógio do edifício da Companhia Cantareira e, portanto, controlar o tempo disponível para ingerir, à mesa evidentemente, um cafezinho e o clássico copo d’água, até a saída da próxima barca*”.⁹⁷ Verdadeiro “*cenáculo ambulante*”⁹⁸, nas palavras de um de seus frequentadores, foi um importante *lôcus* da boemia literária da cidade que o deixava, ao fechar as portas, às dez horas da noite, e rumava para o restaurante Lido, que ficava no bairro de São Francisco, para aí concluírem suas tertúlias literárias. Na década de 1910, se reuniam jovens formadores de agremiações literárias que se tornaram instituições de conagração de intelectuais de Niterói⁹⁹.

O final da segunda década do século XX viu desaparecer duas importantes instituições intelectuais da cidade: o Grêmio Literário Guarani e o Instituto Histórico e Geográfico do Estado do Rio de Janeiro. Diante desse quadro, em 1917 foi fundada a Academia Fluminense de Letras, que ocuparia um lugar de destaque na institucionalização da intelectualidade local. Criada por jovens, foi motivo da sátira de um panfletário que a chamou de “*jardim da infância da literatura fluminense*”:

É a Academia de Letras do Estado do Rio de Janeiro um luzido grupo de mancebos anônimos, autores de vários livros em preparação, seduzido um dia pela imortalidade e, talvez, por uma fortuna problemática de algum livreiro filantrópico, resolveu fundar essa agremiação literária, à imitação do que já têm feito todos os estados¹⁰⁰.

Enfrentando tais opiniões externas, a nova agremiação sofreu deserções entre o grupo fundador. No momento da organização da instituição circulou uma

⁹⁷ Carlos Werhs. **Capítulos da memória niteroiense**. Niterói: Niterói Livros, 2002. p. 44.

⁹⁸ Kleber de Sá Carvalho. Elogio a Belisário de Souza. Discurso de recepção proferido na solenidade de 27/10/1948. In: **Revista da Academia Fluminense de Letras**. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, n.º 1, Outubro de 1949. p. 264.

⁹⁹ Lyad de Almeida. **Lili Leitão, o Café Paris e a vida boêmia de Niterói & Niterói. Poesia e Saudade**. Niterói: Niterói Livros, 1996. Wanderlino Teixeira Leite Netto. **Passeio das Letras na taba de Araribóia**. A literatura em Niterói no século XX. Niterói: Niterói Livros, 2003.

¹⁰⁰ O Jardim da infância da literatura fluminense. Braz Cubas. Semanário político, artístico e noticioso. Nº. 20, 29-08-1918 (fac-símile). *Apud*. Lacerda Nogueira. Academia Fluminense de Letras. Conferência proferida na solenidade de 29/07/1943, comemorativa do 25º aniversário da instituição. In: **Revista da Academia Fluminense de Letras**. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio. Vol. X. dezembro de 1957. (fac-símile entre as páginas 40 e 41).

lista de adesões que contou com 72 assinaturas. Quando se estabeleceu o pagamento de uma semestralidade, o grupo ficou reduzido a vinte e oito e foram estes que se auto-atribuíam a imortalidade, que definiram as metas, os programas e a organização interna da Academia. Ficaram estabelecidas 48 cadeiras para a Classe de Letras, número correspondente aos municípios fluminenses então existentes. Sua instalação solene ocorreu durante os festejos do centenário da criação da Vila Real da Praia Grande, em 1919. As palavras de Cortes Júnior expressavam os ideais dos fundadores:

Traduzir o pensamento dos diretores desta ilustre companhia é materializar o objeto imediato do nosso programa de ação, no tempo e no espaço: eternizar no bronze das letras as grandezas e as belezas todas do torrão fluminense. E isso não se me afigura tarefa insuperável a qualquer talento medíocre, desde que se me permita partir do princípio universalmente aceito de que, sendo a natureza a suprema inspiradora de todas as artes, as grandes literaturas foram sempre o reflexo do ambiente físico sobre a saúde fisiológica e mental dos povos.

O estado do Rio de Janeiro possui grandezas e riquezas que podem continuar a ser imortalizadas na prosa e no verso. Tem a sua Academia de Letras, que é hoje semente lançada em terreno feracíssimo, numa hora histórica mui propícia aos grandes cometimentos da repercussão social.

Célula inorganizada agora, alvorecente, florescente, frutescente [sic] amanhã, alcançará o caule e levantará a fronde, para levar aos quatro âmbitos da terra fluminense o melhor dos perfumes de suas flores e do sabor dos seus frutos.

Riquezas e belezas morais nenhum povo as conta maiores. E como a Academia de Letras atuará dentro de um panorama tal, ela, presumo, há de realizar brilhantemente os seus altos destinos, ainda que, por verdadeiro paradoxo, o não quisesse¹⁰¹.

Após uma “*instalação murcha*” e a gestão de Belisário Augusto Soares de Souza, um “*presidente que nada fizera para que ela vivesse, nada fizera para que ela morresse*”, em finais de 1920 Epaminondas de Carvalho assumiu sua presidência e imprimiu novos rumos para projetá-la “*luminosamente nos fastos culturais da nossa Província*”¹⁰². Os sócios fundadores proferiram discursos de elogio aos patronos e foi iniciada uma série de atividades culturais que agitariam a capital do estado. Com essas atividades visavam auto atribuir-se papel de destaque na reflexão sobre o estado.

As querelas literárias e a marginalização de alguns intelectuais dos quadros da Academia Fluminense de Letras gerou uma outra instituição similar: a Academia Fluminense de História e Letras. Fundada em 21 de setembro de 1923,

¹⁰¹ *Apud*. Lacerda Nogueira, *ibid.*, p 54.

¹⁰² Lacerda Nogueira, *ibid.*, p. 55.

teve seu nome alterado para Cenáculo Fluminense de História e Letras, um ano depois, no momento de sua formalização legal¹⁰³.

A par das querelas e deserções acadêmicas organizou-se, na capital fluminense, um movimento literário de estudantes ginásianos agregados em grêmios escolares ou não. Em 1925 os alunos do Colégio Abílio criaram o Grêmio Rio Branco, que tinha suas atividades divulgadas no jornal *O Discípulo*. Este prédio passou a ser ocupado pelo Colégio Brasil, que absorveu os alunos do educandário extinto. Os alunos do Colégio Brasil organizaram, então, o Grêmio Literário Euclides da Cunha, que rivalizava com o Rio Branco, ainda existindo. Entre 1927 e 1931, desenvolveu suas atividades o Grêmio Cultural Alberto de Oliveira, organizado pelos alunos do Ginásio Bittencourt Silva. Este contou com a presença do patrono, o “*príncipe dos poetas parnasianos*”, em algumas solenidades e publicou um jornal *O Ensaio*. Em 1926, a Renascença Fluminense, da qual nos ocuparemos adiante, organizou uma homenagem ao almirante no momento da inauguração da rua que lhe tomava o nome como identificação. Eudes Casimiro Costa Marques, estudante do Colégio Brasil, congregou um grupo de amigos de várias escolas e criou o Grêmio Literário Barão de Teffé. Surgido fora do ambiente escolar, existiu até 1930, quando seu presidente afastou-se da cidade¹⁰⁴.

Os autores que mencionam o movimento literário niteroiense do período destacam a juventude de seus membros. Eram jovens cultores das letras e das tradições locais os que organizavam as academias e grêmios literários da capital do estado. Eram jovens que ansiavam por um lugar no cenário intelectual do estado e se voltavam para a reafirmação dos valores históricos em um contexto de reconstrução do lugar do Estado do Rio de Janeiro na constelação da nação.

A jovialidade desse grupo era expressa tanto pela idade, como pela proposta político-cultural defendida. Eles propugnavam a construção de um novo estado embebidos pelos ideais modernistas. Um modernismo próximo daquele defendido pelos cariocas analisados por Ângela de Castro Gomes e Mônica

¹⁰³ Márcia Pessanha. Cenáculo Fluminense de História e Letras. Resumo histórico. In: **Revista do Cenáculo Fluminense de História e Letras**. Niterói, 2004. p. 5-14.

¹⁰⁴ Sobre os Grêmios culturais estudantis consultar Wanderlino Teixeira Leite Netto. **Dança das cadeiras**. História da Academia Niteroiense de Letras (Junho de 1945 a setembro de 2000). Niterói: Imprensa Oficial/Livraria Ideal, 2001. p. 20.

Velloso em que se valorizava o antigo, a tradição, a história¹⁰⁵. Jacques Le Goff afirma que o moderno leva a diferentes posturas em relação ao antigo. Se, por um lado, pode haver um confronto no sentido da ruptura, por outro há aqueles que defendem um lugar do antigo na construção do novo¹⁰⁶. Evelyn Morgan Monteiro, analisando um periódico fluminense que circulou entre 1919 e 1923, apresenta-nos essa faceta do modernismo fluminense. Os intelectuais que se reuniram em *A Revista* propunham a construção de um novo estado alicerçado no passado de importância nacional – tendo como referência principal o papel desempenhado pela Província do Rio de Janeiro durante o período imperial –, mas que seria construído por um investimento na educação, na saúde, no cuidado com a infância, no desenvolvimento do comércio e da indústria local¹⁰⁷. Nesse sentido, a valorização da história local, dos seus homens ilustres, do pensamento intelectual desenvolvido na Velha Província ocupava um lugar de significação na construção do novo, do moderno. Essas concepções expressaram-se de formas diferenciadas em alguns movimentos ocorridos nos anos vinte do século XX que passaremos a analisar.

3.2

Um centenário a comemorar: A independência do Brasil

O ano de 1922 vem sendo considerado na historiografia como data emblemática por concentrar uma série de eventos que criticavam o regime oligárquico estabelecido na Primeira República brasileira. Foi em 1922 que se organizaram o Partido Comunista do Brasil, a Reação Republicana, a Semana de Arte Moderna, o Centro Dom Vital e as primeiras manifestações tenentistas. Estes expressavam os desencantos de variados segmentos sociais – políticos, intelectuais e militares, por exemplo – com a República vigente, que vinham

¹⁰⁵ Ângela de Castro Gomes, *op. cit.*, Mônica Velloso. **Modernismo no Rio de Janeiro**. Turunas e quixotes. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

¹⁰⁶ Jacques Le Goff. Antigo-Moderno. In: _____. **História e Memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 2003. p. 173-206.

¹⁰⁷ Evelyn Morgan Monteiro, *op. cit.*,

sendo refletidos na década de 1910 e que desembocaram em 1930. Foi também o momento em que se comemorou o centenário da independência do Brasil. A efeméride em questão proporcionou um momento ímpar de análise da situação sócio-política do país e da identidade brasileira¹⁰⁸.

A participação fluminense nas comemorações centenárias vinha sendo planejada pela administração estadual desde 1920. No ano anterior Raul Veiga assumiu a presidência do Estado para o quadriênio 1919-1922. O início dessa gestão foi marcado por um quadro favorável. Raul Veiga era tido como um dos mais fiéis correligionários de Nilo Peçanha e, por isso, foi escolhido para sucedê-lo e perpetuar o nilismo que desde finais do século XIX controlava a política fluminense.

O segundo governo de Nilo Peçanha (1915-1917) fora marcado, inicialmente, pelos litígios judiciais em torno do reconhecimento do vencedor do pleito de 1914, disputado por ele e Feliciano Sodré. Coube ao primeiro o reconhecimento pelo Supremo Tribunal Federal e pelo presidente Wenceslau Braz. Durante sua gestão foi implementado um rigoroso plano de contenção de gastos públicos visando o pagamento da dívida externa do estado. Além disso, Nilo Peçanha deu continuidade às reformas no setor agrícola, já defendidas em seu primeiro governo (1904-1906), objetivando a diversificação da produção. Ao deixar o governo para assumir o Ministério das Relações Exteriores, em maio de 1917, o estado tinha suas contas saneadas e um quadro de estabilidade política com a desarticulação das oposições, após a derrota de Sodré. Esse mandato foi completado por Angelo Gerarque Collet, terceiro vice-presidente elevado ao posto máximo da administração estadual em decorrência do falecimento dos outros dois vice-presidentes. Nesse momento iniciaram-se disputas internas no Partido Republicano Fluminense para a escolha do candidato ao pleito de 1918. O nome de Raul Veiga surgiu como um *tertius* que impediu cisões internas e foi candidato único tendo em vista que as oposições não conseguiram o mínimo de coesão para indicar um oponente¹⁰⁹.

¹⁰⁸ Marly Silva da Motta. **A nação faz 100 anos**. A questão nacional no centenário da independência. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1992.

¹⁰⁹ Marieta de Moraes Ferreira (Coord.). **A República na Velha Província**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989. p. 215-258.

Em sua primeira *Mensagem presidencial* dirigida ao legislativo estadual, Raul Veiga conclamava a união dos poderes para a obra restauradora a que se propunha:

Por maior, entretanto, que sejam esses esforços e trabalhos, faz-se *mister* um conjugado de forças – entre o executivo e o legislativo – para que, em movimento sincrônico, e pela convergência de um melhor aproveitamento das admiráveis condições físicas e econômicas do nosso Estado, *realizemos a obra de restauração do opulento esplendor da antiga Província do Império, berço que foi de todos os ensinamentos morais e materiais do segundo reinado* (grifos meus)¹¹⁰.

O saneamento das contas públicas permitiu ao novo governo a promoção de uma reforma administrativa desmembrando Secretarias e criando departamentos como, por exemplo, a Diretoria Geral de Instrução Pública, subordinada à Secretaria de Interior e Justiça. À instrução pública, o novo governador dispensaria “*decidido interesse. O problema da instrução pública é, sem dúvida, um dos mais delicados, procurando, onde se encontram os defeitos e falhas, imprimir um melhor e mais aproveitável funcionamento, de acordo com as forças financeira do Estado...*”¹¹¹. Tal interesse adviria por ser o meio capaz de solucionar a “*questão social*”:

Estou convencido de que é nele que se encontrará, principalmente, a solução definitiva da chamada questão social – que terá de ser, por força, mais grave nos países onde a escola for menos perfeita, perfeição essa que deve consistir em que esse órgão seja capaz de unir as classes, afinando-as numa sociedade consciente e inteligente, em vez de dividir, formando castas de dirigentes ineptos e deixando incultas, indisciplinadas, prontas à revolta, as multidões dos maus dirigidos.¹¹²

A questão social a que se refere o governador era o movimento sindical que promoveu greves e manifestações nesse momento. Raul Veiga colocava-a como pauta de seu governo considerando-a como uma das questões sobre a qual os deputados deveriam legislar¹¹³.

Além disso, a escola foi o ícone escolhido para simbolizar a obra do governo para as comemorações centenárias. Na *Mensagem presidencial* de 1920,

¹¹⁰ Raul de Moraes Veiga. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro no dia 1º de agosto de 1919 pelo Dr. Raul de Moraes Veiga*. Rio de Janeiro: s/ed, 1919, p. 3-4.

¹¹¹ *Ibid*, p. 23.

¹¹² *Ibid.*, p. 23-24.

¹¹³ *Ibid*, p. 6.

Raul Veiga deixou clara suas intenções em adotá-la como marco de sua obra administrativa:

Entendo dotar cada cidade, vila ou povoação, se não for possível em todas, em sua grande maioria, de um prédio escolar, construindo para esse fim no qual possamos ministrar o ensino completo e eficiente. Será preparando novas gerações de brasileiros que honraremos os nossos maiores; fundando escolas e combatendo o analfabetismo, teremos pois, penso, prestado um dos maiores serviços ao nosso país.”¹¹⁴

A educação era assim entendida como um elemento importante no seu projeto de restauração do lugar do estado no cenário nacional. Essa temática também ganhou relevo no período entre aqueles que se propuseram a refletir sobre o país. O final da década de 1910 e a seguinte são marcadas por concepções variadas sobre o papel da educação na sociedade brasileira. Um “*entusiasmo pela educação*”, nas palavras de Jorge Nagle, marcou o período¹¹⁵. Segundo esse autor, houve um grande investimento em reflexões sobre a escola primária e no combate ao analfabetismo. O Recenseamento de 1920 descortinava um universo de 80% de analfabetos entre a população brasileira. Dados alarmantes para um país cuja elite política desejava-se apresentar apta a participar do concerto das nações “modernas e civilizadas” às portas das comemorações centenárias. Esses dados alimentavam intelectuais que questionavam as estruturas oligárquicas da Primeira República. Para um significativo grupo, a educação seria o veículo capaz de “*regenerar as populações brasileiras, núcleo da nacionalidade, tornando-as saudáveis, disciplinadas e produtivas, eis o que se esperava da educação, erigida nesse imaginário em causa cívica de redenção nacional*”¹¹⁶. Retomava-se o ideal de muitos republicanos históricos que depositavam grandes esperanças de, através da educação, inserir a “massa” no processo de construção da nacionalidade, tornando-a “povo”.

¹¹⁴ Raul de Moraes Veiga. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro no dia 1º de agosto de 1920 pelo Dr. Raul de Moraes Veiga**. Rio de Janeiro: s/ed, 1920. p. 26-27.

¹¹⁵ Jorge Nagle. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo/Rio de Janeiro: EPU/Fundação Nacional de Material Escolar, 1976. p. 97-125.

¹¹⁶ Marta Maria Chagas Carvalho. **A Escola e a República**. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 10 cf. da mesma autora. **Molde nacional e fôrma cívica**. Higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação. 1924-1931. Bragança Paulista: EDUSF., 1998.

Por esse motivo os Grupos Escolares recém-construídos, mais do que simples escolas, seriam escolas-monumento, símbolos de uma administração que visava deixar a sua marca na construção de um estado moderno:

Nas cidades onde estão construídos ressaltam como os mais grandiosos edifícios locais, pois com esse intuito mesmo, foram contruídos, como monumentos com que o governo atual que se encontra à testa da administração do estado quis comemorar nas suas grandes cidades a passagem do centenário da nossa independência política.¹¹⁷

Jacques Le Goff recupera a origem etmológica do termo monumento. *Monumentum* é uma palavra latina cujo radical indo-europeu *men* exprime uma das “funções essenciais do espírito” (*mens*), a memória (*memini*). O verbo *monere* significa fazer recordar. O monumento é, assim, algo construído para fazer recordar. O monumento liga-se ao poder de construção simbólica. Ele está na esfera das relações de poder, pois é construído com a intencionalidade de perpetuar um feito, uma obra ou um personagem, para gerações vindouras¹¹⁸.

Escolhendo a educação e o erguimento de escolas como monumentos de sua administração, Raul Veiga intentava construir uma imagem de gestor moderno, preocupado com a realização de obras duradouras que ultrapassassem seu mandato administrativo e que perpetuassem na memória coletiva suas ações enquanto presidente de um estado que outrora fora a principal força política do país e que poderia a voltar a ser. Nesse momento já se articulavam alianças políticas em torno de Nilo Peçanha, que lhe alimentavam o ensejo de lançar-se candidato nas eleições presidenciais de 1922.

Além da construção dos monumentos educacionais, Raul Veiga previa, ainda no plano dos monumentos de pedra e cal, a construção do Fórum de Campos e iniciava o projeto de erguimento de uma biblioteca pública na capital fluminense¹¹⁹.

¹¹⁷ Raul de Moraes Veiga. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro no dia 1º de agosto de 1922 pelo Dr. Raul de Moraes Veiga**. Rio de Janeiro: s/ed, 1922. p. 34.

¹¹⁸ Jacques Le Goff. Monumento-documento. In: _____. **História e Memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 2003. p. 525-541.

¹¹⁹ Raul de Moraes Veiga. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro no dia 1º de agosto de 1920 pelo Dr. Raul de Moraes Veiga**. Rio de Janeiro: s/ed, 1920. p. 28.

Em suas mensagens identificamos outras ações do governo que foram consideradas como obras celebrativas da efeméride do 7 de setembro de 1922, como a resolução dos litígios fronteiriços com Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo e com o então Distrito Federal, e a organização da Carta Geral do Estado.

O estabelecimento das fronteiras estaduais era uma relevante questão debatida no VI Congresso Brasileiro de Geografia, realizado em 7 de setembro de 1919, em Belo Horizonte. A temática fora proposta pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e pela Liga de Defesa Nacional, para que fossem sanadas as contendas antes das comemorações do primeiro centenário da independência do país. Seguindo esse projeto, o governo fluminense encarregou uma comissão de confeccionar a “Carta Geral do Estado”. Em sua segunda *Mensagem* à Assembleia, Raul Veiga, além de apresentar os trabalhos da Comissão nomeada para elaborar a Carta, identificava-a com um importante elemento de reconhecimento das condições físicas do seu território que permitiria a elaboração de planos de intervenção econômica:

Obteremos por este processo a Carta Corográfica do Estado, representação suficientemente aproximada da configuração de todo o território do estado sem os erros grosseiros que se verificam em certos mapas e sem as lacunas observadas na Carta Corográfica construída em 1860, pois serão representadas as divisas municipais, as linhas férreas, existentes e em projetos, todas as estradas de rodagem, com indicação de sua categoria de acordo com o plano geral de viação em estudo, as linhas telegráficas e mais detalhes que possam ser representados sem prejuízo da clareza da carta. A carta assim concebida e executada constituirá um documento de utilidade real, permitindo formar-se idéia justa do desenvolvimento e progresso do Estado neste meio século e servindo igualmente de orientação segura para outros importantes melhoramentos e projetos¹²⁰.

A Carta Geral do Estado, ao fim e ao cabo, passou a ser a Carta Comemorativa do Centenário por não se ter conseguido levantar todo o território fluminense, no tempo previsto. Priorizaram-se os trabalhos nas fronteiras e, para concluí-la para os festejos, contou-se com documentos já produzidos por órgãos federais, estaduais e municipais e pelas empresas concessionárias das estradas de ferro que cortavam o estado. Ao seu lado seriam expostos dois álbuns celebrativos que ficaram a cargo de Clodomiro Rodrigues de Vasconcellos.

¹²⁰ *Ibid.*, p. 28-29.

Clodomiro Vasconcellos ingressou na administração estadual em finais do século XIX como inspetor de ensino nomeado para o município de Maxambomba, atual Nova Iguaçu. Suas atividades profissionais deram-lhe amplos conhecimentos sobre a terra fluminense que o levaram a publicar, em 1907, *O Estado do Rio de Janeiro*¹²¹. Essa obra era uma das poucas publicações do período que se propunham a realizar uma interpretação panorâmica do estado, inventariando aspectos geográficos, sociais, econômicos e históricos fluminenses. Essas foram as credenciais que levaram Raul Veiga a nomeá-lo em 24 de janeiro de 1922 para organizar a publicação dos dois álbuns que seriam apresentados na Exposição Internacional comemorativa ao Centenário da Independência. O ofício de nomeação ditava as diretrizes do que deveria constar em cada álbum:

Desses álbuns, um compreenderá todas as edificações e os serviços de viação, estradas e pontes, em construção e já concluídas; o outro conterá a descrição sintética dos municípios do estado, com indicações sobre a superfície, aspecto, clima, população, divisão administrativa, riquezas naturais, indústrias exploradas, comércio, agricultura, viação, não esquecidas as possibilidades econômicas de cada um deles, atentos os fins e natureza do trabalho¹²².

Ambos seriam fartamente ilustrados e, para isso, nomeava-se o fotógrafo Daniel Ribeiro, que deveria trabalhar sob sua supervisão. Clodomiro Vasconcellos deveria realizar um trabalho que *“honre a cultura fluminense, sob múltiplos aspectos, e ateste o esforço do governo para dotar o estado de melhoramentos e obras desde muito reclamadas, e que tanto contribuem para o seu progresso”*¹²³.

Ao término dos trabalhos decidiu-se pela publicação de um álbum, em grande formato, reunindo as duas partes.

É interessante a composição desse *Álbum*. Clodomiro Vasconcellos iniciou o texto apresentando o estado por seus aspectos geográficos: área territorial, topografia, litoral, montanhas, climas, proximidade com o então Distrito Federal etc. Esses elementos geravam condições propícias para a

¹²¹ Clodomiro Vasconcellos. *O estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Viúva Azevedo & C. Ed., 1907.

¹²² Ofício de 24 de janeiro de 1922. In: Desidério Luiz de Oliveira Júnior (Org.). **Indicador de Leis, decretos, deliberações e mais atos relativos ao período de 1 de janeiro de 1922 a 31 de dezembro de 1925**. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1929. p. 469-470

¹²³ *Ibid.*, p. 469.

exploração econômica tanto para os pequenos lavradores como para os “milionários”:

...por toda parte; cheio de tradição de labor de riqueza, de agasalho e de bondade, o estado do Rio de Janeiro, pequeno pelo território, forte porém pela eficiência do seu concurso na grandeza da Pátria, atrai, seduz, convida não só o modesto colono, que vem pedir à terra o pão, com o trabalho, e a paz, com o teto, como o milionário, que, na exploração de riquezas naturais, e no amanho das terras feracíssimas, quer empregar a atividade e o capital, no irreprimível anseio de dar e arrecadar moedas¹²⁴.

Essas condições – o homem e a geografia – proporcionariam ao Estado “o grande celeiro do país no passado regime, é e continuará a ser, na prosperidade nacional, fator preponderante através do labor adiantado dos seus campos e de inúmeras indústrias, que se desenvolvem, ao amparo da lei”¹²⁵.

Após uma rápida notícia histórica da formação do estado, descreveu minuciosamente as ilhas, bacias, lagoas, enseadas, baías, vales, rios, minérios, flora e fauna. Suas informações são pautadas pela indicação das potencialidades de exploração econômica desses elementos naturais. A essa descrição seguem dados estatísticos sobre a produção exportada, que colocava o estado à frente de outros como São Paulo e Minas Gerais, e sobre a receita estadual, demonstrando a prosperidade fluminense naquele momento.

Após relacionar os 48 municípios então existentes, o autor passou a descrevê-los, iniciando pela capital do estado, Niterói. As descrições seguiam um certo padrão. Iniciava com a apresentação da origem histórica e de sua evolução político administrativa até o momento vivido. A partir daí apresentava os aspectos físicos e infra-estruturais – redes viárias de serviços públicos, de comércio e entretenimento, por exemplo –, as atividades econômicas desenvolvidas e mencionava obras da administração de Raul Veiga na localidade.

Por fim, o autor discorreu sobre duas temáticas: a “instrução” e o “trabalho”. Quanto à primeira “*tem merecido da generalidade dos governos fluminenses o maior cuidado, votando-se verbas orçamentárias crescentes, para*

¹²⁴ Clodomiro Rodrigues Vasconcellos (Org.). **Centenário da Independência do Brasil**. Álbum do Estado do Rio de Janeiro. S/l: s/ed, 1922. p. 2v e 3.

¹²⁵ *Ibid.*, p.3-3v.

pagamento dos professores e de prédios onde funcionam as escolas, e para a aquisição de material escolar, de uso individual ou coletivo”¹²⁶.

E para demonstrar que esse era um assunto de importância para os administradores do estado, Clodomiro Vasconcellos passou a relacionar os atos destes desde o período imperial até a gestão de Raul Veiga: a população escolar de cada período, as verbas orçamentárias, os números de escolas e de professores da rede pública e as reformas administrativas. Em relação às ações deste último presidente, o organizador do *Álbum* deu voz ao governante transcrevendo longos trechos de suas quatro mensagens dirigidas à Assembléia Legislativa. Seu balanço final destacava as realizações de Raul Veiga. Em relação às destinações orçamentárias, por exemplo, diz que “*verifica-se que o atual governo do Estado, em 4 anos destinou a tão meritória obras [construção de prédios escolares], importância superior à que, em 29 anos [1889-1918], gastaram anteriores administrações*”¹²⁷. Enfim, “*muito e muito tem feito o poder público, e o presidente Raul Veiga não tem poupado esforços para difundir e melhorar o ensino público primário*”¹²⁸.

O “trabalho” foi a última parte do *Álbum*. Destinava-se a pormenorizar as atividades produtivas do estado no meio urbano e rural:

Se as cidades, vilas e povoações fluminenses, em sua generalidade, progridem; se, depois da proclamação da República, na maioria das cidades e vilas se observa, com o aumento de população, maior movimento comercial, fundação de estabelecimentos industriais, edificações novas ou reconstruções de boa arquitetura; se a canalização de água potável, a instalação de redes de esgotos, a iluminação por eletricidade, significando saneamento e conforto, atestam o esforço das administrações do Estado e de Câmaras Municipais, e são prova irrefutável de um progresso acentuado promissor de um futuro feliz; se, à margem das linhas férreas, que atravessam o território na proporção de um quilômetro de trilhos para 16 quilômetros quadrados de superfície, surgem, por encanto, povoações que prosperam, atraindo capitais e moradores, – o campo não se apresenta menos animador¹²⁹.

Antes de descrever as atividades agrícolas e industriais em desenvolvimento no estado Clodomiro Vasconcellos fez uma avaliação da situação econômica fluminense. Segundo o autor, a crise gerada pelo fim da

¹²⁶ *Ibid.*, p. 112v.

¹²⁷ *Ibid.*, p.118v.

¹²⁸ *Ibid.*, p.123.

¹²⁹ *Ibid.*, p. 123v.

escravidão tinha sido superada pela ação de sucessivos governos que apoiaram a produção através da reformulação de impostos e da criação de bases de infraestrutura para seu desenvolvimento: a criação de estabelecimentos de ensino técnico-agrícola, a ampliação da rede de viação terrestre e ferroviária etc. A partir daí passou a detalhar as atividades agro-pastoris e industriais, destacando os principais produtores e inserindo dados estatísticos demonstrando o seu crescimento ao longo do tempo e sua importância para a receita pública.

Associado ao texto encontra-se um farto material fotográfico. As imagens retratam eminentemente aspectos públicos das localidades – praças, ruas, prédios oficiais (Prefeituras, Câmaras Municipais, Escolas), estabelecimentos religiosos (igrejas), associativos (Associações Comerciais, Casas de Caridade) e as atividades produtivas (fazendas, indústrias, campos agrícolas e de pastagens, oficinas, maquinários e animais).



Figura 1: Capa do Álbum do Estado do Rio de Janeiro, 1922

Fonte: Clodomiro Vasconcellos (Org.). **Centenário da Independência do Brasil. Álbum do Estado do Rio de Janeiro.** S/l: s/ed, 1922. Acervo do Grupo de Pesquisa História de São Gonçalo/UERJ-FFP



Figura 2: Página onde se inicia a parte referente ao município de Teresópolis do Álbum do Estado do Rio de Janeiro, 1922. Fonte: Clodomiro Vasconcellos (Org.). **Centenário da Independência do Brasil. Álbum do Estado do Rio de Janeiro.** S/l: s/ed, 1922. p. 43. Acervo do Grupo de Pesquisa História de São Gonçalo/UERJ-FFP

Através dos textos de Vasconcellos e das fotografias de Daniel Ribeiro, o *Álbum* construía uma imagem progressista para o Estado. A imagem de um estado onde a geografia conferia condições propícias ao desenvolvimento e que o concerto das 48 municipalidades caminhava em um mesmo rumo: a pujança fluminense. E esta seria construída através da educação e da produção, campos estes que concentravam as atenções da administração estadual.

O *Álbum do Estado do Rio de Janeiro* é um ícone das propostas nilistas para o Estado e das perspectivas desse grupo em relação à História. As expectativas vindouras, as projeções firmadas pelos dirigentes políticos não se alicerçam na experiência pretérita. O passado reconhecido era aquele que gerara o contexto de crise política e econômica, o pós-abolição da escravatura. Esse nada de relevante somara para a construção de novos tempos na região. Pelo contrário, fora, segundo se defendia, superado pelas ações empreendidas pelo nilismo em quase três décadas de controle da política local. As propostas de Nilo Peçanha no campo econômico, por exemplo, de diversificação agrícola iam contra a tradição local de privilégio da monocultura do açúcar e do café fortalecida no período imperial. Não se quer dizer com isso que se desprezasse a história local. Como pudemos ver, Raul Veiga colocava-se como aquele que estaria dirigindo o processo de restauração do fausto do estado identificado como o período do II Reinado. No entanto, a história do período imperial não se colocava como alicerce das construções discursivas de caracterização do fluminense naquele momento. O *Álbum* destacava o presente indicando-o como um momento ímpar na história fluminense. Ressalva-se o progresso vivido. Projetava-se um devir venturoso a partir do diagnóstico geo-econômico realizado.

3.3

A Renascença Fluminense

O ano de 1922 foi marcado também por alterações no cenário político do estado do Rio de Janeiro. Nas eleições presidenciais que ocorreram nesse ano, Nilo Peçanha participou da Reação Republicana que lançou sua candidatura ao cargo maior do executivo nacional. Em torno de Nilo Peçanha aliaram-se os chefes políticos de estados de segunda grandeza no panorama da Primeira República: Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco. A Reação Republicana colocava-se como um movimento propulsor de um eixo alternativo de poder visando abalar o predomínio de Minas Gerais e São Paulo¹³⁰.

Apesar de toda mobilização gerada pela imprensa e por novas estratégias de campanha – Nilo Peçanha e J. J. Seabra, baiano candidato à vice-presidência na mesma chapa, adotaram a prática de comícios nos centros urbanos –, a máquina oligarca que dominava o sistema eleitoral no período levou à vitória de Arthur Bernardes, candidato situacionista.

O novo presidente da República adotou a prática da perseguição e do alijamento político daqueles que se envolveram com a Reação Republicana. No caso do Estado do Rio de Janeiro neste ano também ocorreram as eleições para o novo governo fluminense. O nilismo lançou Raul Fernandes e a oposição, Feliciano Sodré. As oposições, unidas sob a figura de Sodré, aproximaram-se do novo presidente visando alterar o quadro político do estado do Rio de Janeiro. A vitória de Raul Fernandes não foi reconhecida pelos deputados estaduais oposicionistas, que se retiraram da Assembleia e empossaram Sodré no cargo. A duplicidade de governos levou à intervenção federal no estado, sendo nomeado interventor Aurelino Leal, ex-chefe de polícia da capital do país. Durante o ano de 1923, o interventor promoveu o desmonte da máquina nilista do estado e organizou novo pleito eleitoral. Neste foi eleito o candidato único, Feliciano Sodré, empossado em 23 de dezembro de 1923.

As mudanças políticas geravam um momento propício para que novas reflexões sobre o estado surgissem. Nesse contexto, um grupo de intelectuais,

¹³⁰ Marieta de Moraes Ferreira. A Reação Republicana e a crise política dos anos 20. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 6., nº.11, 1993, p. 9-23.

liderados por Lacerda Nogueira, secretário perpétuo da Academia Fluminense de Letras, fundou a Renascença Fluminense. Segundo Maurício de Medeiros, redator dos seus estatutos, a nova agremiação constituía-se de

um grupo de objetivos pelo renascimento material e moral do estado do Rio de Janeiro. Desenvolvendo uma ação alheia à política, a Renascença Fluminense propunha-se a manter no estado o respeito dos seus grandes homens, o culto à memória de seus grandes acontecimentos, a defesa de suas instituições liberais, estimulando por todas as formas todas as manifestações de vitalidade do estado.¹³¹

Desde fins de 1920 a Academia Fluminense de Letras tinha iniciado uma série de atividades culturais que movimentavam a capital do estado. Com essas iniciativas, seus membros visavam auto-atribuir-se papel de destaque na reflexão sobre o estado. Em 1921, o mesmo Maurício de Medeiros pronunciou seu discurso de posse como sócio correspondente da Academia. Sua conferência tomou o título sugestivo de “*Os intelectuais e a direção do mundo*”. Nela, Medeiros diagnosticou que se viviam tempos de mudanças. A influência norte-americana se fazia crescente no país. E, com ela, a crítica às “ciências do espírito” – o humanismo, em geral –, supervalorizando-se o conhecimento prático, técnico e tecnológico. Por outro lado, pairava a perspectiva de implementação de uma nova ordem mundial com as críticas ao capitalismo vigente, especialmente após a Revolução Russa. O capitalismo, como as demais instituições que o precederam – o escravismo, o feudalismo, a realeza – tendia ao “envelhecimento” que levaria à sua superação. As Academias deveriam estar aptas a participar desse processo. Elas seriam o “*reduto da inteligência*”, as guardiãs da “*cultura do espírito*”. Nesse cenário:

Senhores da Academia Fluminense de Letras! Em nome do bom senso, em nome de nossas tradições, em nome de um passado em que o estado do Rio forneceu ao país os mais cultos de seus estadistas, em nome de tudo quanto a Humanidade acumulou em séculos de saber, em nome das maiores glórias da inteligência – erguei-vos em brados fortes e ação enérgica contra a venenosa doutrina desses brutalizadores do espírito humano!

Neste estado, onde a riqueza da inteligência é das mais fartas, muito embora se mantenha em grande desproporção com a extensão da cultura popular, cabe-

¹³¹ Maurício de Medeiros. O presidente Sodré e a Renascença Fluminense. In: Manoel Leite Bastos (Org.). **O Estado do Rio de Janeiro e seus homens**. 2ª ed. Niterói: s/ed., 1928. p. 2.

vos, Srs. da Academia Fluminense, esse papel de condutor que as democracias se reconhece aos superiores pelo cérebro, pela razão, pela inteligência¹³².

Os intelectuais deveriam assumir a vanguarda nesse processo que levaria à implantação de uma nova ordem social. Cabia-lhes “*ainda assegurar às elites intelectuais o domínio político do país, sua direção, sua orientação, de maneira a interpor a plasticidade da ação intelectual entre a cupidez avara dos plutocratas e a ânsia tumultuária das grandes massas*”¹³³. As massas expressavam a insatisfação quanto às injustiças do regime mas não estariam aptas a dar um rumo seguro ao processo de transformação social que se vivenciava. Essa seria a missão dos intelectuais: a construção de novos tempos em sólidas bases, tendo por fonte a experiência pretérita da qual os membros da Academia Fluminense de Letras eram representantes, já que eram herdeiros de uma tradição que remontava à Academos de Platão. Mudanças sem rupturas era a tônica do discurso, uma modernização conservadora.

Esse ideário de guiadores dos novos tempos imperava entre os intelectuais que compuseram a Renascença Fluminense. Um sentimento de construção de novos tempos em contraponto ao nilismo. Os renascentistas propunham que esse novo momento deveria ser alicerçado na tradição histórica local, revalorizando o período imperial. Visava-se a construção de um sentimento cívico de patriotismo em que seriam reverenciadas a memória dos fatos e os heróis que levaram à construção da história nacional, destacando-se o papel dos fluminenses nesse processo. Para seus intentos, obtiveram o apoio de um personagem importante para viabilizá-los: o presidente Feliciano Sodré. Apesar de opositorista, o nilista Maurício Medeiros louvou o apoio dado pelo presidente do estado às realizações da Renascença:

Seria insincero se contivesse os meus aplausos ao modo pelo qual o presidente Feliciano Sodré considerou esse empreendimento, abraçou seu programa, e contribuiu, quanto em si esteve, para sua realização. A qualidade que esse apoio revela redime-o, ao meu ver, de muitos de seus pecados políticos¹³⁴.

¹³² Maurício de Medeiros. Os intelectuais e a direção do mundo. Discurso de posse como membro correspondente da Academia Fluminense de Letras pronunciado na solenidade de 28/04/1921. In: **Revista da Academia Fluminense de Letras**. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio. Vol. IV, junho de 1951. p. 9.

¹³³ *Ibid.*, p. 10.

¹³⁴ Maurício de Medeiros, *op. cit.*, p. 2.

Na citação anterior observa-se a construção da imagem do presidente Sodré como a de um homem que colocava os ideais de governo acima das querelas políticas. Suas ações administrativas estariam voltadas para a restauração do lugar do estado entre os grandes do regime republicano, como afirmaria Clodomiro Vasconcellos sobre a participação do presidente no Congresso das Municipalidades, por ele convocado em 1924. Esse encontro teria como objetivo discutir com os prefeitos dos municípios fluminenses seus problemas e planejar ações que levassem a soluções práticas. A convocação do congresso também pretendia construir uma imagem de governante moderno pois aí os partidarismos seriam solucionados na busca por um projeto coletivo de recuperação do estado. Segundo Clodomiro Vasconcellos a obra regeneradora já se processara:

No discurso inaugural Feliciano Sodré, com muito entusiasmo, discurso feito de fé e de esperança nos destinos do Rio de Janeiro, disse que não era mais lícito rememorar, entre saudades, a grandeza da Velha Província – estribilho intolerável já, porque o Rio de Janeiro readquirira essa grandeza e retomara o prestígio, que sempre desfrutara.¹³⁵

Sodré esforçava-se para criar uma imagem de dirigente empreendedor e investidor na recuperação fluminense e esta só seria possível com a reafirmação dos valores do estado, o mesmo ideário que pautava as ações da Renascença Fluminense. A “*formação patriótica*” dos habitantes do estado, especialmente ligada aos agentes educacionais e aos alunos da rede pública de ensino, passou a ser uma bandeira que unia o dirigente político e os intelectuais renascentistas. Em sua última mensagem ao legislativo fluminense, Sodré expôs tal associação:

Os professores fluminenses, seja por impulso próprio e nobilíssimo sentimento patriótico, seja por observância rigorosa do Regulamento, perfeitamente integrados na obra de civismo, que acorda e estimula as energias nacionais, se não tem descurado de prestar às datas gloriosas da história pátria e aos vultos ilustres e eminentes, que a dignificaram, as justas, merecidas e oportunas homenagens, mantendo as escolas num ambiente de fé e de puro patriotismo.

A esse movimento se tem associado louvadamente a Renascença Fluminense que, apercebida do alcance educativo dessas comemorações, lhes há prestado relevante concurso e muita vez tendo a iniciativa de solenidades que representam

¹³⁵ Clodomiro Vasconcellos. Congresso das Municipalidades In: Manoel Leite Bastos (Org.). **O Estado do Rio de Janeiro e seus homens**. 2ª ed. Niterói: s/ed., 1928. p. 13.

um valioso serviço à terra fluminense, porque nelas interessa a mocidade, que se educa, a esperançosa geração de amanhã ¹³⁶.

A realização de conferências em espaços educacionais e a construção de monumentos cívicos foram as principais estratégias utilizadas por esse grupo na formação cívica dos fluminenses.

Entre 1925 e 1928 investiu-se na construção de uma estatuária de vultos nacionais e fluminenses que marcaram a paisagem da capital do estado. Em 1925 ergueu-se, na praça Leoni Ramos, o busto de D. Pedro II assinalando o centenário de nascimento do ex-monarca. No ano seguinte, no então Jardim Icaraí – atual praça Getúlio Vargas –, inaugurou-se o busto de Antônio Parreiras que há anos encontrava-se no Arquivo Municipal. Em junho de 1927 homenageou-se o barão de Teffé com uma estela de bronze afixando-a no Grupo Escolar Silva Pontes, que ficava em frente à Praça do Rink. Em outubro desse mesmo ano era inaugurado o busto de Nilo Peçanha na praça que levava o nome do homenageado. O primeiro governador republicano do estado, Francisco Portela, teve seu busto inaugurado em 19 de novembro daquele ano, no Jardim São João. Em janeiro de 1928 era vez de Fagundes Varela ganhar sua homenagem em bronze no Jardim do Gragoatá¹³⁷. Outro que teria seu busto erguido nesse momento seria Alberto de Oliveira, que, no entanto teve de esperar trinta anos até que Alberto Fortes o inaugurasse em 1958 durante sua gestão como prefeito de Niterói¹³⁸. Feliciano Sodré também teve seu busto confeccionado e instalado na Praça da Renascença, em frente ao porto de Niterói, em 9 de abril de 1928. Dom Agostinho Benassi, primeiro bispo de Niterói, teve seu busto inaugurado em 17 de junho de 1928 na praça que recebeu seu nome em frente à Igreja de São Lourenço. À exceção de D. Agostinho Benassi e Francisco Portela,

¹³⁶ Feliciano Sodré. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro no dia 1º de agosto de 1927 pelo presidente do estado Feliciano Pires de Abreu Sodré**. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1927. p. 103-104.

¹³⁷ Devido ao mau estado de conservação foi-me vedada, na Biblioteca Nacional, a consulta da coleção do jornal *O Estado*, principal órgão da imprensa fluminense do período. Na ausência de outras fontes este periódico seria um manancial de informações importantes sobre as atividades da Renascença Fluminense. Esses dados, sobre as inaugurações dessa estatuária urbana promovida pela Renascença, me foram fornecidos por Emmanuel de Macedo Soares, pesquisador niteroiense que há anos vem coletando dados sobre o estado e que consultou a coleção na década de 1980. Meus sinceros agradecimentos ao pesquisador.

¹³⁸ Emmanuel de Macedo Soares informa que a idéia do busto de Alberto de Oliveira foi aventada em 1927 na Academia Fluminense de Letras, mas que o busto só foi erguido quando Alberto Fortes, que fora seu presidente, estava à frente do executivo niteroiense. Cf. Emmanuel de Macedo Soares. **Monumentos de Niterói**. Niterói: Êxito-Fundação de Artes de Niterói, 1992. p. 20.

respectivamente carioca e piauiense de nascimento, todos os demais eram fluminenses, até mesmo Pedro II que nasceu em 1825, antes portanto, da transformação da cidade do Rio de Janeiro em Município Neutro desmembrada da Província do Rio de Janeiro, que ocorreu com o Ato Adicional de 1834. Mesmo D. Agostinho e Francico Portela tiveram fortes ligações com o estado.

Figura 3: Busto de Nilo Peçanha. 1927.
Fonte: Paulo Knauss (Coord.). **Sorriso da cidade**. Imagens urbanas e história política de Niterói. Niterói: Niterói Livros, 2003. p. 127



Figura 4: Busto de D. Agostinho Benassi. 1928.
Fonte: Emmanuel de Macedo Soares. **Monumentos de Niterói**. Niterói: Êxito-Fundação de Artes de Niterói, 1992. p. 68.

Mas o maior empreendimento estatutário do período foi a criação de um monumento em homenagem à instauração do regime republicano destacando-se “a colaboração dos fluminenses na obra integral da implantação do regime republicano no Brasil”¹³⁹, o “*Triunfo da República*”. Cotizando com as municipalidades as despesas dessa grandiosa construção, Sodré emitiu uma circular aos prefeitos e Câmaras municipais justificando tal obra:

Pareceu-nos que, em se tratando de uma realização que procura significar o esforço solidário da alma fluminense nos seus pendores políticos e nos seus anseios cívicos para a implantação e a consagração da República em nossa terra, seria imprescindível que a ela, explícita e ostensivamente, se associassem, num gesto de vontade expressa e de viva e calorosa solidadriedade, todos os municípios fluminenses, laboratórios onde gerou a força poderosa, a cujo serviço vários de nossos coestaduanos atingiram a culminância da notoriedade, inscrevendo seus nomes na história pátria pelo fulgor de sua atuação na organização republicana, e, na imprensa e na tribuna, pregando o apostolado democrático – e temos implicitamente nomeado Benjamim Constant, Quintino Bocayuva e Silva Jardim. Assim, esperamos que os poderes municipais, em perfeita comunhão com os diferentes fatores de expressão popular, tudo empenharão para que, a 15 de novembro do ano próximo vindouro, possa o estado do Rio de Janeiro dar um testemunho de sua alta cultura cívica e de seu decidido amor à República¹⁴⁰.

O “*Triunfo da República*” foi erguido em frente à Assembléia Legislativa. No alto de um pedestal, foi entronizada uma figura feminina guiando uma biga romana puxada por dois cavalos em posição de galope. À frente há um jovem com um archote. Ladeando a representação da República encontram-se as estátuas de paladinos do regime: Benjamim Constant, Quintino Bocayuva e Silva Jardim. Três expoentes da propaganda republicana que defendiam projetos diferentes para o novo regime que seria implementado no Brasil em 1889¹⁴¹. Havia também, no capitel do pedestal, nichos onde foram depositadas porções de terras de cada um dos 48 municípios que compunham, na aquele momento, o estado.

¹³⁹ Feliciano Sodré. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro no dia 1º de agosto de 1925 pelo presidente do estado Feliciano Pires de Abreu Sodré**. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1925. p. 09.

¹⁴⁰ *Ibid.*, p. 09-10.

¹⁴¹ José Murilo de Carvalho. **Os bestializados**. O Rio de Janeiro e a república que não foi. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.



Figura 5: O Triunfo da República. 1927. Praça da República. Niterói. s/d.
 Fonte: Emmanuel de Macedo Soares. **Monumentos de Niterói**. Niterói:
 Êxito-Fundação de Artes de Niterói, 1992. p. 167



Figura 7: Quintino Bocaiuva. 1927. Praça da República. Niterói, s/d.
 Fonte: Emmanuel de Macedo Soares. *op. cit.*, p. 147
 ↓



↑ Figura 8: Benjamin Constant. 1927. Praça da República. Niterói, s/d.
 Fonte: Emmanuel de Macedo Soares. *op. cit.*, p. 44

↑ Figura 6: Silva Jardim. 1927. Praça da República. Niterói, s/d.
 Fonte: Emmanuel de Macedo Soares. *op. cit.*, p.157.



Este monumento foi inaugurado em 21 de dezembro de 1927, três dias antes de Feliciano Sodré deixar o governo. Nesse mesmo dia, às 8h30min, Sodré inaugurou o Porto de Niterói. Esses eventos contaram com a participação de Washington Luís, presidente da República, e do senador Manuel Duarte, eleito presidente do estado para o quadriênio 1928-1931.

Com as duas obras, inauguradas no mesmo dia, Feliciano Sodré pretendia afirmar-se como um divisor de águas na história do estado. O porto simbolizava a perspectiva de uma autonomia econômica e o monumento à República visava ligá-lo à obra dos fundadores da República¹⁴². Sodré colocava-se como regenerador do regime, como aquele que estaria imprimindo novos rumos para o estado que o levaria a ocupar um lugar de destaque no cenário político do período. De fato, o alinhamento de Sodré, continuado por seu sucessor, Manuel Duarte, estabeleceu um bom relacionamento entre as esferas estaduais e federal, garantindo um ministério ao estado durante a presidência de Washington Luís.

A redefinição do lugar da estatuária no imaginário social é um fenômeno que remonta ao final do século XVIII na afirmação dos valores liberais e que se desenvolve no seguinte, na Europa, em especial na França. Nesse período firmara-se três perspectivas. A panteonizadora que “sacralizava” os heróis da Revolução Francesa, geralmente personagens de saber (intelectuais e artistas), personagens que teriam influenciado mas não vivido o movimento, como Voltaire, por exemplo. A segunda seria a despanteonizadora, que laicizava os ícones escolhendo, primordialmente, personagens políticos, o que permitia a incorporação dos vivos no rol dos homenageados. E, por fim, a napoleônica, que elegeu colunas, obeliscos e pirâmides como ícones secundarizando a estatuária.

A estatuamania afirmou-se e generalizou pelo mundo liberal ocidental, a partir de 1870, como forma de celebração de personagens e propulsor de uma

¹⁴² Marcelo Abreu analisou a história desse monumento como um símbolo de diferentes concepções de cidadania ao longo do século XX. Sua análise da criação coloca-o como símbolo de uma administração que visava afirmar-se como regeneradora do estado e que defendia uma cidadania excludente dos segmentos populares, ausentes dos festejos de inauguração. Marcelo Abreu. Entre civismo e democracia. In: Paulo Knauss (Coord.). **Sorriso da cidade**. Imagens urbanas e história política de Niterói. Niterói: Niterói Livros, 2003. p. 83-127.

“pedagogia pelo exemplo”¹⁴³. As iniciativas são politizadas, o que gera a mobilização da sociedade civil. Paulo Knauss afirma que este fora o modelo aportado na Corte e na Capital Federal, o Rio de Janeiro, e que o caso de Niterói difere do modelo típico da estatuamania em que a sociedade civil se mobilizava para a construção de seus monumentos sem o controle do Estado. Segundo Knauss, “*não se pode falar em estatuamania, propriamente dita, porque a constituição do acervo de imagens da cidade é assumido, sobretudo pelos sujeitos do Estado*”. A estatuária urbana da capital fluminense seria então “*obra dos grupos sociais controladores das estruturas do Estado*”¹⁴⁴.

O movimento gerado pela Renascença Flumienense, por seu turno, levamos a complexificar essa questão. A proposição da edificação de inúmeros bustos não partiu do governo mas sim de uma organização que, a princípio, não estava diretamente atrelada à sua estrutura. Muitos dos bustos em questão foram frutos de cotização dos membros do movimento que, ao não obterem os recursos necessários à obra, buscavam auxílio na administração estadual. O aceite desta em contribuir e promover outros desses monumentos não significaria que seu objetivo fosse unicamente o controle sobre a produção simbólica de ícones locais. A associação entre letrados e administradores baseava-se na crença de que cabia ao Estado o papel de agente no processo de afirmação e defesa dos valores identitários locais. Se é certo afirmar que o caso niteroiense é marcado pelos grupos que controlavam o poder, deve-se pensar quais eram as relações internas presentes nesses grupos que geravam determinadas propostas, posicionamentos e ações.

Em paralelo à estatuária construída na capital fluminense a partir de 1925, foram proferidas conferências sobre temas históricos, especialmente no salão nobre da Escola Normal de Niterói. Uma delas foi feita por Antônio Figueira de Almeida, em 13 de agosto de 1928, momento comemorativo do primeiro lustro de existência do movimento renascentista, e o conferencista dissertou sobre *Os fluminenses na história do Brasil*. Nela estão condensados os ideais desse movimento em construir, através da história, um sentimento cívico fluminense.

¹⁴³ Paulo Knauss. Cidade Panteão. Produção social da imaginária urbana. In: _____. (Coord.). **Sorriso da cidade**. Imagens urbanas e história política de Niterói. Niterói: Niterói Livros, 2003. p. 175-213.

¹⁴⁴ *Ibid.*, p. 190-191.

Para além desse propósito, Figueira de Almeida faz uma análise da história do Brasil através da participação dos filhos – nativos ou não – do estado.

O conferencista identificava aquele momento como propício para se falar sobre a temática:

É necessário, porém, que se fale muito de nossa terra, ainda entre fluminenses, para que voltemos a ser o muito que já fomos. Se nós nos conhecêssemos melhor, havíamos de ter, forçosamente, uma tão clara consciência de nossa força e de nosso valor, que isso nos daria estímulo para resolver os problemas cuja solução transformaria nossa terra no mais invejável recanto de todo o planeta¹⁴⁵.

Era necessário conhecer as idéias, a ação e os valores dos fluminenses, pois foram estes que construíram o Brasil. “A grandeza fluminense, porém, se confunde com a do Brasil de um modo particular, e não apenas como sua parte integrante, porque em grande parte a grandeza fluminense é que determina a grandeza do nacional”¹⁴⁶.

Para que os eventos da história pátria ocorressem, “sempre ou é o fluminense que semeia a idéia que o motivou ou é o fluminense aquele que o realiza”¹⁴⁷. Isso ocorrera especialmente no período imperial. Neste, mesmo quando grandes atos eram praticados por naturais de outras províncias, “por ocasião desses atos, esses filhos de outras terras não eram senão representantes legislativos da terra fluminense”¹⁴⁸.

Segundo Figueira de Almeida, a história de um país era composta de fases com caracteres definidos e “cuja concatenação forma o todo contínuo e harmônico”. Eram aí usados os marcos da história pátria: a Colônia, a Independência, o I Reinado, o Período Regencial, o II Reinado e a República. Em cada uma dessas fases se destacou a ação de um filho da terra.

Se na Colônia e no processo de independência os fluminenses já se apresentavam em papéis relevantes – como exemplo o conferencista citou D. Francisico Lemos, fluminense que chegou à reitoria da Universidade de Coimbra e foi conselheiro do Marquês de Pombal, e o brigadeiro Luiz Pereira da Nóbrega de Souza Coutinho, primeiro ministro da Guerra de D. Pedro I –, “não resta,

¹⁴⁵ Antônio Figueira de Almeida. **Os fluminenses na história do Brasil**. Niterói: Tipografia Jeronymo Silva, 1928. p. 9.

¹⁴⁶ *Ibid.*, p. 9.

¹⁴⁷ *Ibid.*, p. 9.

¹⁴⁸ *Ibid.*, p. 11.

porém, nenhuma dúvida em que, depois de formado esse centro de gravitação – a capital do novo país independente –, a colaboração fluminense se torna primacial”¹⁴⁹.

O processo de organização do novo governo contou com a participação do Marquês de Maricá na elaboração da Constituição de 1824. Já nas Guerras de Independência o imperador pôde contar com a participação do primeiro Lima e Silva.

Durante as Regências *“basta acentuar que foi fluminense o varão ilustre que mereceu – excepcionalmente – a permanência constante nos triunviratos regenciais de 31 a 35”*. Mas não só. *“Quando a regência se unifica, Feijó – o intímato – procura, com colaboração de Suruí – o amparo dos fluminenses, do mesmo modo que Olinda procura o mesmo amparo por intermédio de Itaboraí e Uruguai, enquanto Caxias contém por toda parte os distúrbios e os excessos revolucionários”¹⁵⁰.*

Apesar de tudo, para que o país voltasse à normalidade *“procurou-se, na maioria de Pedro II, a solução salvadora”*. Nessa fase *“foi porém, necessário que ainda se fizesse mais em benefício do Brasil”*. Caxias, igualado a César, realizou a obra pacificadora que consolidou o império. Resgataram-se as figuras de Itaboraí, Beaurepaire Rohan, Uruguai, Rio Branco e outros que participaram dos gabinetes imperiais.

Nas questões que sacudiram o país pós-Guerra do Paraguai, os fluminenses teriam tido papel relevante, mas foi na propaganda abolicionista e republicana que sua ação se fez mais premente.

Apesar de reconhecer que os cativos tinham direito à liberdade, Figueira de Almeida critica o encaminhamento do processo abolicionista. A escravidão deveria ter sido preparada com a substituição do escravo pelo imigrante para que não se desorganizasse a produção.

Tudo isso que se vê, em largos espaços no Brasil – ruinarias, terras improdutivas, fortunas desmoronadas, dificuldades de capital, desorganização do trabalho etc – que é senão consequência do erro de se ter proclamado a liberdade antes que se tivesse procurado modo de evitar tantas perturbações?¹⁵¹

¹⁴⁹ *Ibid.*, p. 17.

¹⁵⁰ *Ibid.*, p. 20.

¹⁵¹ *Ibid.*, p. 30.

O encaminhamento da abolição, acompanhada da Questão Religiosa e da Questão Militar, levou ao “*desenraizar a monarquia*” e à instauração da República¹⁵². O início do novo regime foi “*nossa quase ruína*”, mas o país superou as dificuldades. Os anos 1920 seriam marcados pela recuperação do comércio, da indústria e por investimentos na instrução. A degeneração total não acontecera pois os conservadores fluminenses, apesar de considerados retrógrados e escravocratas, assumiram os rumos do processo e “*propugnaram pela política de conservar melhorando e que se é por toda a parte e sempre a melhor, era também, no tempo, a mais oportuna*”¹⁵³.

Neste ponto o conferencista destacou o papel da província como um celeiro de intelectuais que defendiam as mais variadas “*correntes de opinião*” no século XIX e que o novo regime contava com o seu apoio. Nele restabeleceu-se a tradição de o pensamento intelectual dos fluminenses influenciar as ações da política nacional. Essa geração dava continuidade às ações de intelectuais e políticos que desde o império ditavam as diretrizes do governo federal. Para comprovar, lista 39 vultos passados ou dos primeiros tempos republicanos e relaciona outros atuantes nos campos das letras, diplomacia e ciências em seus dias.

Era “*portanto, chegado o momento de voltarmos a ter o mesmo brilho de outrora, a mesma eficiência no jogo político federal, a mesma supremacia e a mesma proponderância na direção do país em procura da solução dos seus elevados destinos*”¹⁵⁴. Para tal era necessário solucionar “*nossos problemas materiais*”, dentre estes, o analfabetismo e por isso valorizava-se a ação da Renascença Fluminense e do Governo de Manuel Duarte. Este identificara os principais problemas sofridos pelo estado e, em pouco mais de seis meses de governo, dirigia seus esforços para solucioná-los. Manuel Duarte dava continuidade à obra de regeneração iniciada por Oliveira Botelho e Feliciano Sodré. Seria este um momento propício também tendo em vista o chefe da nação, Washington Luís, ter como berço natal o solo fluminense.

¹⁵² *Ibid.*, p. 30.

¹⁵³ *Ibid.*, p. 34.

¹⁵⁴ *Ibid.*, p. 40.

Encerrando a conferência, Figueira de Almeida sentenciava: “*nossa terra, grande no passado e grande no presente, será maior ainda no futuro*”¹⁵⁵.

A palestra de Figueira de Almeida cristalizava os ideais renascentistas que direcionavam as ações de intelectuais e políticos de então. Neste, a história ocupava um lugar de primazia pois apresentava a posição de destaque ocupada pelo estado na história do Brasil. Na verdade construía-se a ideia de que a história fluminense era a história nacional. A análise das fases da história do país demonstra que as principais ações políticas tomadas pelos governantes tinham sempre a colaboração dos fluminenses. O esplendor do Império teria sido gerado pelas bases econômicas e pelos pensadores da Velha Província. Os momentos de crise local foram também de instabilidade do novo regime e a sua recuperação significava o engrandecimento do país, naquele momento digirido por um fluminense.

A análise de Figueira de Almeida estava alicerçada em três elementos: as bases econômicas, a ação de políticos e o pensamento intelectual.

A crise econômica, gerada pelo processo de abolição, teria levado a profundos abalos no setor produtivo superados no final da década de 1920 pela ação dos governos de Feliciano Sodré e de Manuel Duarte. No entanto, a pujança do “*passado regime*”, o Império, teria sido gerada pela província do Rio. Esta gerara um quadro de políticos e intelectuais que ditaram as diretrizes do governo imperial e das principais correntes de pensamento do século XIX: o romantismo, o positivismo, o abolicionismo e o republicanismo.

Os gestores contemporâneos – aqueles que estavam “*a fazer agora o que devíamos ter feito antes*”¹⁵⁶ – tinham ciência do papel a cumprir. Eram portadores de uma missão histórica, pois a história nacional dependia de suas idéias e ações e, por isso, era importante o investimento na construção de uma “consciência histórica” entre a população fluminense através de monumentos e palestras. Os gestores associados aos homens de letras. Figueira de Almeida, assim como Lacerda Nogueira e Maurício de Medeiros, pertencia aos quadros da Academia Fluminense de Letras, a qual presidiu na década de 1920. Profissionalmente, era

¹⁵⁵ *Ibid.*, p. 43.

¹⁵⁶ *Ibid.*, p. 32.

Inspetor de Instrução do Estado do Rio de Janeiro, além de ser professor do Instituto de Educação e do Colégio Pedro II, ambos na capital da República¹⁵⁷.

Havia então uma pedagogia para a formação do fluminense configurada pela estatutária urbana e pelas palestras dos renascentistas. Estas últimas eram realizadas na Escola Normal de Niterói, nos Grupos Escolares e em Associações de Classe, não só da capital mas também dos demais municípios. Visava-se formar professorandas, alunos e as elites políticas e econômicas. Tais propostas associam-se às ações sodrelistas embasando, diretrizes das políticas públicas estaduais, especialmente no campo da educação.

3.4

A Reforma da Instrução no Rio de Janeiro e os primeiros livros de história do estado

A eleição de Manuel Duarte para o governo fluminense marcava a continuidade da política sodrelista no estado. As alianças políticas em torno do governo de Washington Luís deram ao Rio de Janeiro um ministério e mantiveram o bom relacionamento entre os governos federal e estadual estabelecido por Feliciano Sodré¹⁵⁸. Manuel Duarte era tido como uma pessoa capaz de realizar uma administração segura e benéfica para o estado.

Em sua primeira *Mensagem presidencial*, Manuel Duarte congratula-se com os deputados pelo momento favorável em nível federal e local. Ele assumia o papel de continuador da obra do antecessor que inseria o Rio de Janeiro no processo de crescimento do país:

Assim, vendo crescer o prestígio da União e do Brasil, na ordem, na paz e no trabalho, o estado do Rio de Janeiro sente-se feliz de estar concorrendo para esse

¹⁵⁷ Dados biográficos extraídos dos livros do autor.

¹⁵⁸ Marieta de Moraes Ferreira. (Coord.). **A República na Velha Província**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989. p. 293-306.

nobilíssimo objetivo, que é a grandeza da pátria, pelo espírito de confraternização, pelo esforço econômico e pelo ânimo cívico de seus filhos¹⁵⁹.

Dar um rumo seguro e duradouro para esse processo de recuperação do Estado era a diretriz da administração de Duarte e era assim que o presidente justificava a Reforma da Instrução do Estado:

O governo realizou uma reforma parcial no ensino primário, profissional e normal [...] Sem nenhum prurido de inovar pelo prazer das modificações chegou, entretanto, a convencer-se de que era necessário introduzir disposições novas e fazer algumas criações indispensáveis ao aparelho do ensino, de maneira a torná-lo mais eficiente e mais bem conformado às necessidades palpitantes¹⁶⁰.

A Reforma era necessária para “ajustar as desarticuladas peças do complexo mecanismo didático, que não atuavam com a desejada coordenação, com aconselhável interdependência técnica, para que fosse assegurado um maior e compensador rendimento”¹⁶¹. Era uma reforma parcial tendo em vista que Feliciano Sodré criara uma série de inovações na estrutura educacional do Estado que necessitavam de uma maior integração. Assim como não se propunha uma ruptura com a estrutura anterior, as modernas teorias educacionais, especialmente européias e americanas citadas nos relatórios oficiais, não deveriam gerar alterações profundas. A transplantação delas sem adaptações necessárias seria desastrosa, pois elas não tinham sido criadas para nossa realidade social. O presidente sentenciava: “valem mais adaptações progressivas do que as bruscas mudanças”¹⁶².

Um dos principais elementos que se destacava ao se justificar a Reforma era inserir a escola fluminense nas novas propostas pedagógicas em voga pelo movimento reformista da Escola Nova¹⁶³. Segundo Diana Vidal, um dos

¹⁵⁹ Manuel de Mattos Duarte Silva. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro no dia 1º de agosto de 1928 pelo presidente do Estado**. Rio de Janeiro: s/ed., 1928. p. 6.

¹⁶⁰ Manuel de Mattos Duarte Silva. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro no dia 1º de outubro de 1929 pelo presidente do Estado**. Rio de Janeiro: s/ed., 1929. p. 31.

¹⁶¹ *Ibid.*, p. 53.

¹⁶² *Ibid.*, p. 54.

¹⁶³ É vasta a bibliografia sobre o movimento da Escola Nova. Para uma visão introdutória do movimento conferir Marta Chagas Carvalho. **A Escola e a República**. São Paulo: Brasiliense, 1989. _____. **Molde Nacional e Fôrma cívica: Higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)**. Bragança Paulista: EDUSF, 1998. _____. Reformas da instrução pública. In: Eliane Marta Teixeira Lopes; Luciano Mendes Faria Filho;

principais objetivos dos renovadores da escola foi transferir as preocupações didáticas do ensino para a aprendizagem, o aluno tornava-se o principal foco de atenção. A escola deveria deixar de ser aquele espaço de memorização e dissociado da realidade¹⁶⁴. Nas palavras de José Duarte Gonçalves da Rocha, Diretor do Departamento de Instrução Pública, estava-se construindo uma sólida obra que daria novos rumos à escola do estado:

A obra educacional no estado do Rio, talqualmente se executa, não é efêmera, nem fictícia, nem lhe douram a frontaria falsas lantejoulas, mas projeta-se com os seguros lineamentos de uma construção estável, bem tracejada, de consistente arcabouço, compatível com as realidades sociais e norteadas pelo sentido da vida, para proporcionar à juventude uma educação nacional e integral, que lhe dê melhores condições físicas, morais e intelectuais para a concorrência vital, em que triunfarão os mais bem aparelhados¹⁶⁵.

Para realizá-la, o Diretor da Instrução Pública realizara um aprofundado estudo na estrutura educacional fluminense consultando a legislação provincial e republicana e por sua análise das experiências implementadas na década de 1920. Também acompanhava o pensamento educacional e as reformas que vinham sendo implementadas no Uruguai, São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Ceará.

Sob sua gestão realizou-se o primeiro recenseamento escolar que municiou a administração de dados sobre a situação da rede estadual que orientaria as ações do governo. Tal prática, como analisa Clarice Nunes em relação aos inventários realizados por Anísio Teixeira quando de sua gestão à frente da Diretoria Geral da Instrução da capital federal, era um sinal de racionalização da administração escolar¹⁶⁶. Todas essas ações deveriam servir para criar condições de estudo para as camadas populares. Dizia o Diretor: “*tenho para mim que não será para as elites, para as camadas mais afortunadas da*

Cynthia Greive Veiga (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 225-251.

¹⁶⁴ Diana Vidal. Escola Nova e processo educativo. In: Eliane Marta Teixeira Lopes; Luciano Mendes Faria Filho; Cynthia Greive Veiga (Orgs.). **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 497-517.

¹⁶⁵ José Duarte Gonçalves da Rocha. **Relatório apresentado pelo dr. José Duarte Gonçalves da Rocha, Diretor da Instrução Pública ao Exmo. Sr. Dr. Secretário do Interior e Justiça em 31 de agosto de 1929**. Niterói: Oficinas Gráficas da Escola Profissional Washington Luís, 1930. p. 7.

¹⁶⁶ Clarice Nunes. **Anísio Teixeira: A poesia da ação**. Bragança Paulista: EDUSF, 2000. p. 227-345.

*sociedade, que o Estado, com a sua assistência benéfica, deverá lançar as suas vistas, ou fazer convergir as suas preocupações”*¹⁶⁷.

3.4.1 - O sistema escolar fluminense

O sistema escolar fluminense era formado fundamentalmente pela educação pré-escolar (jardins de infância e escolas maternais), primária (escolas de 1º grau, de 2º grau e Grupos Escolares). Do Grupo Escolar o aluno poderia seguir para o ensino secundário, profissional ou normal e destes para Escolas Superiores ou Escolas Técnicas Superiores.

As atividades educacionais do estado, no entanto, concentravam-se prioritariamente no ensino primário que concentrava 97,5% do número de alunos e 98,8% dos estabelecimentos escolares.

A tabela abaixo, organizada a partir de dados constantes na *Mensagem* de Manuel Duarte de 1929, demonstra a prioridade do ensino primário na rede estadual:

	Nº de escolas	Nº de alunos	Nº de professores
Ensino pré-primário e primário	751	70.050	1655
Ensino Normal	3	721	Não consta
Ensino profissional	4	559	Não consta
Ensino secundário	1	160	Não consta
Total	759	71.490	-

Tabela 1: Sistema Educacional Fluminense. 1929

Fonte: Manuel de Mattos Duarte Silva. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro no dia 1º de outubro de 1929 pelo presidente do Estado.** Rio de Janeiro: s/ed., 1929. p. 71-94

A Reforma incentivou e regulamentou a organização de associações extra-escolares como: os Círculos de Pais e Mestres, os Museus Pedagógicos, o escotismo etc.

¹⁶⁷ José Duarte da Rocha, *loc. cit.*, p. 87.

Segundo o presidente do Estado, eram investidos 20,2% da receita governamental na educação, verba esta destinada à construção e manutenção de prédios escolares, pagamento de docentes e compra de material de consumo para as escolas.

3.4.2 - Um forte investimento na formação docente

Um dos principais alvos da Reforma da Instrução no Estado foi a formação de professores tanto inicial, daí uma ampla reforma no curso normal, quanto dos docentes já integrantes da rede de ensino¹⁶⁸. Era necessário preparar os professores de acordo com a “*moderna pedagogia*”.

Em relação aos docentes da rede foi organizada uma série de cursos de férias e de palestras pedagógicas, ministradas pelos inspetores de educação na capital e nas sedes de suas regiões escolares, cuja participação era obrigatória. Nestas, mais do que um caráter eminentemente literário, os ministrantes discutiam as novas idéias educacionais.

Buscou-se também a renovação do quadro de professores da rede estadual com o jubramento de antigos mestres e/ou contratação de novos professores adjuntos para as escolas por aqueles dirigidas.

Mas foi na reformulação da formação inicial que houve maior investimento:

Esse ramo do ensino público sofreu uma reforma parcial e oportuna. O seu velho plano de estudos, a organização primitiva, já não satisfazia às necessidades do ensino e era mister adaptar os institutos preparadores dos mestres aos progressos da moderna pedagogia, emancipada de anacrônicas exigências¹⁶⁹.

Assim, não se permitia mais o ingresso automático do candidato à Escola Normal após sua conclusão dos ensinos primários do Grupo Escolar. Criou-se a Escola Complementar com duração de dois anos, que deveria alicerçar o ensino

¹⁶⁸ Manuel Duarte assim se expressou sobre a Reforma do ensino normal: “*É, todavia, no ensino normal, que repousa a grande confiança do meu goveno tão profundamente interessado pelas coisas do ensino, em todas as suas modalidades*”. Manuel Duarte da Silva. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro no dia 1º de outubro de 1929 pelo presidente do Estado**. Rio de Janeiro: s/ed, 1929. p. 86.

¹⁶⁹ José Duarte da Rocha, *op. cit.*, p. 53

normal. Seu currículo priorizava o aprofundamento do estudo da língua pátria, do francês, geografia, história do Brasil, moral e cívica, aritmética, álgebra, geometria e ciências físicas e naturais. Desta forma, transferia-se da Escola Normal para o curso de complementar a obrigatoriedade desses conteúdos, permitindo que aquela concentrasse suas atividades na formação docente.

O Curso Normal também sofrera uma reformulação, dividindo-se em dois ciclos. O primeiro, o cultural, tinha um caráter propedêutico e era um período onde os alunos refletiriam sobre os reais interesses em se dedicar à docência. Caso não o desejassem, poderiam transferir-se para classes profissionalizantes de confecção de chapéus, trabalhos manuais, culinária etc. Aptos para o magistério, ingressariam no curso profissional onde se dedicariam às disciplinas pedagógicas.

Dessa forma, o currículo da Escola Normal foi reformulado e os legisladores destacavam a criação das cadeiras de Agricultura e de Economia Rural. Era mister formar professores capazes de lidar com a realidade social do estado, que era eminentemente rural. Considerava-se um grande erro o mestre transmitir apenas os conhecimentos formais urbanos:

Ora, erro incurável tem sido impor-se ao mestre ensinar à gente do campo somente a parte literária. Convém dar aos trabalhadores agrícolas, à população rural, uma preparação que os torne mais felizes e os radique ao solo, evitando-se o êxodo rural, que vem concorrer para o urbanismo prejudicial. É na classe rural que vive o gérmen da ordem e da disciplina inata na nossa gente boa. Mas, por isto mesmo devemos levar-lhe mais algum conforto, não só material, senão ainda espiritual. Não lhe demos cultura livresca que não o fará feliz, senão a preparemos com noções de cooperação agrícola, de economia rural, para que sinta a grandeza da terra, o valor da produção, o realce de seu papel na economia nacional e possa conhecer o desenvolvimento e os frutos de sua própria atividade. Ensinemo-la a fazer uma ligeira contabilidade agrícola, a possuir um inventário do que lhe pertence, a calcular o custo de seu trabalho, a libertar-se dos intermediários etc¹⁷⁰.

A reforma curricular visava formar os professores para trabalhar com a realidade do estado. A mesma orientação que era dada para o ensino primário, como veremos adiante.

A conclusão da Escola Normal não significava o fim do processo formativo do professor. Foi criado o Curso de Aperfeiçoamento ministrado em

¹⁷⁰ *Ibid.*, p. 57.

dois anos que seguia o modelo francês da Escola Normal Superior de Saint-Cloud.

O estado contava com duas Escolas Normais oficiais, uma em Niterói e outra em Campos, e um curso equiparado em Petrópolis, ministrado no Colégio Santa Izabel. Apesar dos altos índices de aprovação nesses colégios, o quadro ainda era insuficiente para combater o grande problema do analfabetismo. Por esse motivo foi autorizada a abertura de quatro novos cursos no estado e foi revogada a proibição de exercício do magistério em território fluminense de professores formados em outras unidades da federação.

3.4.3 - O ensino primário

A reforma curricular da Escola Normal visava formar professores aptos a lidar com a realidade do estado. Esta foi a mesma diretriz dada ao ensino primário. O preâmbulo da deliberação que estabeleceu o programa de ensino das escolas primárias estaduais para o ano de 1928 expressa a ideia de um ensino voltado para as experiências dos alunos:

Para haver eficiência no ensino, cumpre não perder de vista que o aproveitamento real de cada disciplina está em função do grau de interesse que se põe no seu estudo. Todo o empenho deve ser o de tornar atraente o trabalho intelectual do aluno, tendo-se o cuidado de não ocupar sua memória senão com o que, primeiro, lhe haja passado pelo entendimento, isto é, com o que ele tenha compreendido¹⁷¹

Nesse mesmo documento foram estabelecidas as diretrizes do ensino primário e algumas orientações metodológicas para atingi-las.

Em primeiro lugar, fez-se a crítica ao ensino memorialista por ser efêmero e não ter ligações com o mundo prático do aluno. O professor deveria abandonar essas práticas antiquadas não condizentes com os novos tempos em que ele deveria associar o ensino ao mundo sensorial dos alunos, com seu mundo concreto. As aulas deveriam ser mais dinâmicas e o professor deveria apresentar mapas, quadros e objetos nos momentos de explanação.

¹⁷¹ Preliminares. Deliberação nº. 153 de 30/04/1928. In: Antônio Figueira de Almeida. **Lições de história do Brasil para a 1ª série do curso primário**. Niterói: Tipografia Jeronymo Silva, 1929. p. 4.

Seguindo as idéias escolanovistas de instituição de uma escola ativa, experimentalista, uma das principais ideias era a de que os professores deveriam lidar com “os centros de interesses” dos alunos. Atraí-los para o saber escolar a partir de sua realidade, mas também estimulando a curiosidade própria da criança para novas experiências. Daí se propor que o professor usasse ações que incentivassem os alunos a “*inquirir*”, “*questionar*”, “*interrogar*”, ou seja, o aluno deveria ter um papel de agente no processo de ensino-aprendizagem e não de mero receptor.

Sendo crianças, não cabia aprofundar conteúdos. O ensino deveria ser “*elementar*” e as matérias deveriam ser adaptadas para cada turma, pois cada uma constituía uma realidade particular. Por isso, os programas e instruções que constavam da deliberação oficial não deveriam ser tomados como uma normalização fechada. O professor tinha autonomia para adaptá-los aos interesses e realidades de suas turmas particulares.

O programa estabelecia as temáticas de cada disciplina específica, mas propunha-se uma integração disciplinar. O professor deveria aproveitar as situações de aula ou temas preestabelecidos para trabalhar aspectos disciplinares diversos. No entanto, todas as disciplinas deveriam ser orientadas para o ensino da “*língua pátria, da moral e do civismo*”.

3.4.4 - O ensino de História

A reforma curricular da Escola Normal e as novas diretrizes para o ensino primário geraram uma demanda por produção de material didático específico no campo da história. No currículo da formação de professores foi incluída a disciplina *História fluminense* como cátedra autônoma¹⁷². Analisando os programas anteriores observamos que já havia a disciplina *Corografia do estado do Rio de Janeiro*, que seguia o programa deste gênero firmado no século XIX¹⁷³.

¹⁷² ESTADO do Rio de Janeiro. **Programas de ensino da Escola Normal de Nictherohy para o anno lectivo de 1929**. Nictheroy: Oficinas Gráficas da Escola Profissional Washington Luís, 1929.

¹⁷³ ESTADO do Rio de Janeiro. **Programas de ensino da Escola Normal de Nictherohy para o anno lectivo de 1921**. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1921. ESTADO do Rio de Janeiro. **Programas de ensino da Escola Normal de Nictherohy para o anno lectivo de 1928**. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1928.

Apesar de não haver um modelo único de escrita corográfica, esta era composta de aspectos geográficos – climáticos, de relevo, da fauna, flora –, dados históricos, estatísticos sobre população, educação, receita pública etc¹⁷⁴. A referência bibliográfica indicava o livro de Clodomiro Vasconcellos, *O Estado do Rio de Janeiro*, publicado em 1907.

Em 1924, a administração pública já pretendia dotar as escolas de um compêndio escolar atualizado sobre o estado, lançando a lei n.º 1912, em que se criou um concurso para premiar o melhor estudo de “*corografia e história do estado*” e ditava-se uma série de parâmetros para sua elaboração¹⁷⁵.

¹⁷⁴ Renato Amado Peixoto. **A máscara da Medusa**. A construção do espaço nacional brasileiro através das corografias e da cartografia no século XIX. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

¹⁷⁵ Pelo seu caráter programático consideramos interessante transcrever na íntegra o texto da lei n.º 1912 de 29/11/1924:

Art. 1º. O Estado premiará com a quantia de 5:000\$000, ao autor do melhor compêndio sobre Corografia e História do estado, devendo a obra obedecer ao seguinte plano:

- a) ser especialmente didático, evitando comentários e reflexões de ordem pessoal;
- b) deve ser dividido em pequenas lições, divididas estas por sua vez, em duas partes, sendo a segunda um desenvolvimento da primeira;
- c) a parte histórica versará sobre biografia dos fluminenses notáveis, referindo-lhes os atos que possam despertar sentimentos de admiração e justiça.

Art. 2º. Tratará, ainda, o compêndio:

- 1º da posição, limites, superfície, população, aspecto, clima, costa, cabos, baías, pontas, ilhas, portos, montanhas, vales, planícies, rios, córregos, lagoas, canais e penínsulas;
- 2º dos feriados nacionais e das principais datas que o estado comemora;
- 3º rápidas notícias sobre religiões e cultos, criação de bispados, seminários e escolas religiosas existentes no estado;
- 4º governo e autoridades superiores do estado, no Império e na República, suas obras e empreendimentos mais notáveis;
- 5º brasão e armas do estado do Rio de Janeiro e da cidade de Niterói;
- 6º resenha histórica do estado, desde o tempo do estabelecimento de Estácio de Sá no Rio de Janeiro, vinda de Martim Affonso; divisão donatária; capitanias – território do Estado – Império e República;
- 7º divisão política, judiciária e administrativa, municípios, comarcas e termos; limites, aspecto geral, clima, instrução, lavoura, indústria, imprensa, vultos das ciências, artes e letras; riquezas naturais, edifícios principais, fábricas, produções, repartições públicas, estradas de rodagem, pontes e navegação;
- 8º linhas e ramais férreos em tráfego do estado; zonas e localidades a que servem.

Art. 3º. Para o efeito da execução da presente lei, o poder executivo publicará editais para o recebimento dos originais até o dia 30 de maio do ano vindouro.

Art. 4º. Os originais recebidos serão julgados por uma comissão de professores, nomeada pelo Secretário do Interior e Justiça, devendo o parecer ser dado dentro do prazo de três meses, contados do dia em que forem os originais entregues à Comissão.

Art. 5º. Aos autores dos originais classificados em segundo e terceiro lugares, caberá, respectivamente, o prêmio de 1:500\$000.

Art. 6º. Esta lei entrará em execução na data de sua publicação, ficando aberto o necessário crédito.

In: Desidério de Oliveira Júnior (Org.). **Indicador de leis, decretos, deliberações e mais atos relativos ao período de 1 de janeiro de 1922 a 31 de dezembro de 1925**. Suplemento B. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1929. p. 715-716.

A Reforma de 1928 não aboliu a corografia, mas retirou dela os aspectos da história do estado, tornando-a disciplina específica. As novas diretrizes também estabeleciam o ensino da história fluminense na escola primária, o que estava de acordo com as diretrizes oficiais para o nível elementar em que se propunha um ensino voltado para as realidades dos educandos. A inclusão da história fluminense como cátedra autônoma é um fato significativo para as experiências pedagógicas do período. Os princípios escolanovistas embasavam tal proposição, já que estimulavam o ensino a partir da realidade vivenciada pelos alunos, aproveitando as suas experiências concretas. Na década de 1930, Delgado de Carvalho, inspirado por esse movimento, propunha um método regressivo e comparativo para o ensino de História. A compreensão do passado deveria partir do contexto vivido pelo aluno e, a partir daí, retroceder paulatinamente. A proximidade temporal associava-se à experiência concreta em oposição à abstração gerada pelo afastamento no tempo.¹⁷⁶ É provável que tais concepções sejam aquelas que sustentaram a inserção da história fluminense na grade curricular estadual daquele momento, pois o local geraria maior proximidade, concretude, para, a partir daí, se chegar à história nacional e geral.

As novas diretrizes educacionais geraram uma demanda por publicações específicas sobre o estado, que foi atendida pelo mercado editorial.

Em 1928, a Livraria Francisco Alves encomendou a Clodomiro Vasconcellos uma nova edição de *O Estado do Rio de Janeiro*. A nova edição é, praticamente, um novo trabalho no qual o autor não só atualizou os dados referentes ao estado até o ano de 1928 como inseriu um grande capítulo dedicado aos municípios fluminenses. Segundo seu autor, essa edição reformulada “vem, ainda hoje, preencher uma lacuna: no largo período de vinte anos ninguém houve que com igual ou maior desenvolvimento, quisesse escrever coisa melhor, ou mais aceitável, sobre o Rio de Janeiro”¹⁷⁷.

No ano seguinte surgiu *Terra Fluminense*, de Luís Gastão de Escragolle Dória, catedrático do Colégio Pedro II, membro do IHGB e ex-diretor do Arquivo Nacional. Essa obra objetivava “realçar as belezas, os préstimos, as aspirações

¹⁷⁶ Ver Luís Reznik. **Tecendo o Amanhã. A História do Brasil no ensino secundário: programas e livros didáticos 1931 a 1945**. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1992.

¹⁷⁷ Clodomiro Vasconcellos. **O Estado do Rio de Janeiro**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1928. p. 7.

dos numerosos municípios do Estado do Rio de Janeiro. Buscou, na relatividade da justiça terrena, dar a cada um deles, grandes e pequenos, o que era seu na comunhão fluminense. Quem admira o brilho de uma constelação não esmiuça o tamanho das estrelas”¹⁷⁸. Cada capítulo era dedicado a apresentar um município nos seus variados aspectos: geográficos, produtivos, históricos, político-administrativos, arquitetônicos etc.

A autonomia da história fluminense frente à corografia gerou um movimento de publicação de livros sobre o tema. Houve assim a publicação de livros especificamente escolares e outros estudos sobre a história do estado que subsidiaram os estudos docentes.

No caso da produção didática foi publicada, ainda em 1928, a primeira história do estado: *História do Estado do Rio de Janeiro. Resumo didático para uso nas escolas primárias*, de João Pinheiro Ribeiro, pela Tipographia Leuzinger, que se propunha a ser um manual para as escolas primárias¹⁷⁹. É um pequeno livro de 55 páginas divididas em nota introdutória, preâmbulo, onze capítulos e o índice. Os capítulos são pequenos, em média duas a três páginas. Não há imagens, nem mesmo sugestões de exercícios.

¹⁷⁸ Escragnolle Doria. **Terra Fluminense**. Rio de Janeiro: Tipografia D'A Encadernadora S/A., 1929. p. 7.

¹⁷⁹ João Pinheiro Ribeiro. **História do Estado do Rio de Janeiro**. Resumo didático para uso nas escolas primárias. Rio de Janeiro: Tipographia Leuzinger, 1928. 55p.

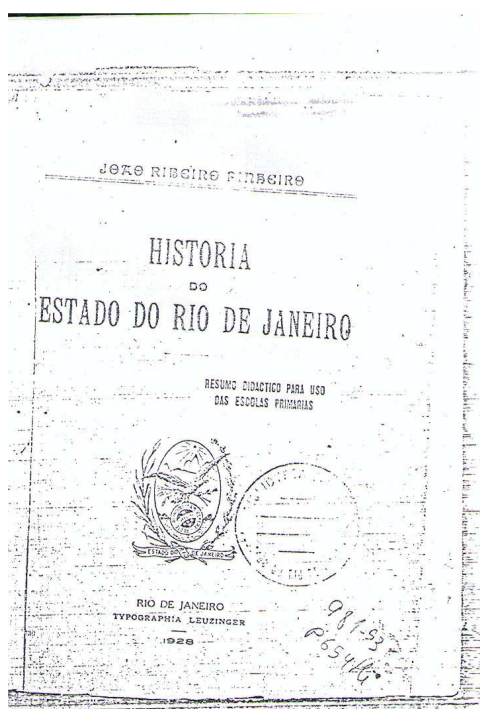


Figura 9: Capa do livro de João Ribeiro Pinheiro. 1928
 Fonte: João Pinheiro. **História do Estado do Rio de Janeiro**. Resumo didático para uso nas escolas primárias. Rio de Janeiro: Tipographia Leuzinger, 1928. Fotocópia pertencente a Sala Mattoso Maia, Biblioteca Pública de Niterói.

Seguindo as orientações da *Reforma*, há uma grande preocupação com a construção textual da narrativa histórica com a utilização de uma linguagem que envolvesse as crianças:

Em 1500, doutro lado do Atlântico, já existia um país chamado Portugal, governado por um rei, D. Manuel, que tinha muitos soldados e muitos navios, que percorriam, obedientes aos seus desejos, os mares em busca de países desconhecidos, cheios de riquezas. Certa vez, alguns navios desse rei, comandados pelo almirante Pedro Álvares Cabral, indo para o Oriente, veio ter às costas de uma terra nova, terra cheia de esplendor como até então nenhuma outra descoberta, onde por entre as árvores frondosas, pássaros de penas coloridas cantavam e os frutos doces amadureciam, onde os rios claros regavam a terra fresca e boa, terra habitada por homens de raça estranha, que andavam nus e a quem chamavam – índios, que faziam canoas das cascas das árvores grandes e caçavam as onças bravias com flechas longas”¹⁸⁰.

Essa citação está no início do livro, no preâmbulo. Observamos que ela remonta o início da história do estado a acontecimentos europeus: a expansão marítima portuguesa. Salienta-se a ação do rei que tinha o controle de um sem

¹⁸⁰ *Ibid.*, p. 13.

número de soldados e vários navios. Esse marco demonstra que o autor compartilhava a concepção de história vigente à época em que a história do Brasil se iniciava com o advento da civilização européia no Novo Mundo. Destacar as ações do monarca lusitano era também aproximar essa narrativa dos contos infantis de reis e rainhas.

A construção de sua narrativa é pautada pelos marcos da história nacional: o descobrimento, a colonização, o estabelecimento da Corte portuguesa no Brasil, a independência, o período regencial, o Segundo Reinado e a proclamação da República.

Ao abordar o período colonial, o autor destacou a história da capitania da Paraíba do Sul, que compreendia a atual região do norte fluminense, em especial Campos dos Goytacazes. Aqui e ali menciona episódios de outras regiões: o apoio de Araribóia aos portugueses durante a expulsão dos franceses na Baía de Guanabara, a fundação de outras cidades – Angra dos Reis e Mangaratiba –, o estabelecimento da economia açucareira e cafeeira etc.

A transmigração da Corte portuguesa, episódio que sinalizava uma nova fase histórica, levou ao desenvolvimento de uma nova vila – Niterói – a qual se tornou capital da Província do Rio de Janeiro, em 1835. Após traçar a evolução administrativa niteroiense, retomou a cronologia histórica resumindo as fases da história nacional e indicando alguns episódios que contaram com a participação fluminense: a independência, o Primeiro Reinado, o período regencial, o Segundo Reinado, a abolição da escravidão e a proclamação da República.

Instaurado o novo regime, o autor relacionou os presidentes do novo estado do Rio desde Francisco Portela, em 1890, até Manuel Duarte, que governaria até 1931. João Pinheiro destacou aí o episódio da Revolta da Armada, em que Niterói se tornou a Cidade Invicta, resistindo às investidas dos revoltosos liderados por Saldanha da Gama.

O último capítulo era dedicado ao “*Estado do Rio de hoje*”. Ao iniciá-lo exortava as crianças a não terem vergonha de sua terra:

Alguns espíritos maldosos, ou ignorantes, costumam afirmar que o Estado do Rio está em decadência. Os meninos que ouvirem tal coisa devem reagir conscientemente, cheios de fé e de orgulho, fora do temor de qualquer contestação, pois o estado do Rio em nada perdeu do seu grande valor no conjunto federativo. No passado foi o Estado-Chefe e da sua lavoura saiu o cerne, a medula da economia e da riqueza nacionais com a lavoura cafeeira, que

faz a riqueza e a grandeza do Brasil novo. Muitas terras, muitas cidades decaíram, é verdade, porque as terras cansam e as cidades obedecem, como os seres, aos ciclos vitais, mas novas terras, exuberantes e ubérrimas, surgiram e até hoje o estado do Rio detém o record da mais importante produção nacional tomando do grandioso estado de São Paulo o centro da realeza cafeeira, pois as estatísticas demonstram cabalmente a supremacia de produção dos municípios fluminenses de Itaperuna e Santo Antônio de Pádua, sobre qualquer município paulista, ainda que o estado do Rio não conte com os benefícios incomparáveis que as terras roxas de São Paulo permitem à lavoura cafeeira deste estado¹⁸¹.

A partir daí o autor passou a relacionar dados que comprovassem a prosperidade do estado tanto à nível da produção econômica como a infraestrutura que lhe proporcionava o crescimento: dados sobre a produção agro-pastoril e industrial, a rede de transporte, a produção de energia, os trabalhadores, a densidade populacional. Ressaltava também os valores intelectuais do estado, relacionando trinta e cinco literatos, juristas, diplomatas, poetas, cientistas locais, e as ações da administração de Manuel Duarte no campo educacional. Sua avaliação da gestão Duarte era a de que:

Isto é incontestavelmente, e deve ser, a melhor promessa, senão a maior garantia, de que o estado do Rio será grande no futuro como foi no passado e como tem sido no presente, dentro de qualquer expressão que observemos na federação brasileira. As crianças devem, pois, estudar muito, para que um dia, quando adultos, possam colaborar eficiente e orgulhosamente na prosperidade do estado fluminense e, portanto, para maior grandeza do nosso inigualável e amado Brasil.¹⁸²

O livro de João Pinheiro Ribeiro foi o primeiro que buscou atender a demanda gerada com a Reforma da Instrução fluminense de 1928. Foi feito no calor da hora, como bem diz o autor na abertura do livro:

Esta é a primeira história do estado do Rio de Janeiro que se publica; foi escrita no curto período de dois meses, no intuito de satisfazer o programa do ensino primário fluminense, que se ressentia da falta do mais elementar compêndio. Dada dificuldade de documentação e escassez de tempo é de prever algumas lacunas, portanto, será obra meritória qualquer crítica no sentido de preenchê-las¹⁸³.

¹⁸¹ *Ibid.*, p. 47-48.

¹⁸² *Ibid.*, p. 52.

¹⁸³ *Ibid.*, p. 11.

Sendo a primeira obra escrita sobre a região, simbolicamente arvorava-se um endosso oficial, estampando, na capa, o brasão de armas do estado e sendo dedicada a Manuel Duarte.

Com essa justificativa buscava o autor desculpar-se de possíveis problemas presentes no livro, prevendo críticas que poderia sofrer¹⁸⁴.

A estratégia de construção de uma narrativa cronológica ficou comprometida com a inserção de capítulos temáticos que retrocediam e/ou avançavam nos registros dos dados temporais levando, algumas vezes, à ausência de elos de ligação entre os capítulos.

O desconhecimento e a escassez bibliográfica sobre o estado, levaram-no a lançar mão, quase que exclusivamente, de *A Terra Goytacá à luz de documentos inéditos*, de Alberto Lamago, embora não a citando explicitamente¹⁸⁵. Assim se explica uma quase identificação da história fluminense à história da capitania da Paraíba do Sul.

Por outro lado, quando não dispunha de dados locais, os marcos da história nacional eram utilizados como elos de construção da história do estado. Mas não era só isso. A história pátria não era apenas uma estratégia de suprir vazios de informação; ela era tida como a propulsora de eventos locais, os quais são indicados: o estabelecimento de D. João VI levou à criação da Vila Real da Praia Grande e à colônia suíça de Nova Friburgo; durante o período regencial destacou-se a ação de Caxias na manutenção da integridade territorial do país; nas questões abolicionista e republicana foram exaltados os publicistas Carlos de Lacerda, José do Patrocínio, Silva Jardim e Benjamim Constant. Observa-se, assim, que há um esforço em demarcar elementos específicos da história local e outros que eram promovidos pelas estruturas maiores, as nacionais. Nas páginas

¹⁸⁴ No julgamento de João Ribeiro, “História fluminense” de Antônio Figueira de Almeida, era uma obra de valor para a escola primária, diferente do livro de João Pinheiro: “*Cumpria para esse objetivo adotar um livrinho adequado à inteligência infantil e que ao mesmo tempo fosse escoimado de erros e lacunas. Parece que um compêndio por João Pinheiro Ribeiro, escrito com alguma precipitação acusava numerosos defeitos, talvez sanáveis, em mais cuidadosa revisão*”. João Ribeiro. Crônica literária. Jornal do Brasil. 20/03/1929. In: Antônio Figueira de Almeida. **História Fluminense**. 2ª parte. Niterói: Oficinas Gráficas da Escola Profissional Washington Luís, 1929. p. 4.

¹⁸⁵ Essa obra, que é composta de oito volumes, começou a ser publicada durante a estada do historiador campista na Europa. Em 1913 veio a lume o primeiro volume e os dois seguintes em 1924 e 1925, respectivamente. Alberto Lamago. **A Terra Goytacá. À luz de documentos inéditos**. Bruxelas: L’Edition D’Art, Niterói: Diário Oficial, 1913-1947. 8 vols.

dessa *História fluminense* há um jogo tenso entre o específico e o geral, entre o regional e o nacional.

Apesar de não termos encontrado dados biográficos de seu autor, podemos observar que sua obra compartilhava dos valores expressos no período pela Renascença Fluminense e pela Reforma da Instrução. A história construída, remontando aos tempos do descobrimento, levaria ao presente (1928) e esforçava-se para demonstrar a importância do estado na construção da história nacional ao mesmo tempo em que se construía uma imagem de progresso e prosperidade. Por outro lado expressava a crença de que o leitor-educando era agente no processo de construção dos novos tempos e que isso só é possível através da educação.

Também voltado para o ensino primário, foi publicado, em 1929, *Lições de história do Brasil para a 1ª série do curso primário*, de Antônio Figueira de Almeida¹⁸⁶. Livreto de 35 páginas, trazia na capa a indicação “*de acordo com o atual programa de ensino do estado do Rio de Janeiro*”. Um outro esforço em apresentar-se como texto adequado às novas diretrizes educacionais pode ser observado ao inserir na abertura do livro o preâmbulo da deliberação nº. 153, de 30 de abril de 1928, que estabeleceu as diretrizes do ensino primário.

¹⁸⁶ Antonio Figueira de Almeida. *op. cit.*

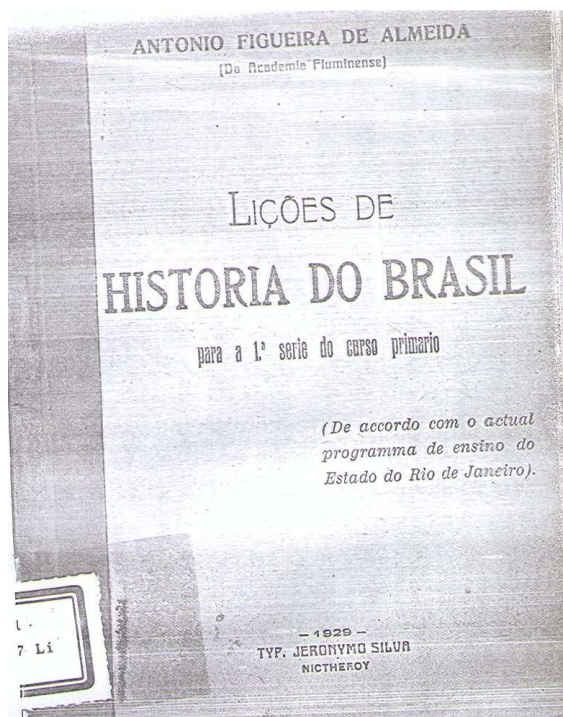


Figura 10: Capa do livro de Antônio Figueira de Almeida. 1929.

Fonte: Antônio Figueira de Almeida. **Lições de história do Brasil para a 1ª série do curso primário**. Niterói: Tipografia Jeronymo Silva, 1929. Acervo da Sala Mattoso Maia, Biblioteca Pública de Niterói.

A narrativa do livro é construída a partir dos diálogos entre Geraldo e seu tio. Geraldo, menino em idade indefinida, mas certamente estudante primário, tinha uma série de dificuldades na escola e seu tio se propôs ajudá-lo em “aulas” domésticas. O primeiro capítulo, por exemplo, dedicava-se a fazer o menino entender o que era a representação cartográfica do país:

- Geraldo, que é que você tem? Por que é que está triste?
- Escute titio: a professora perguntou-me o que é um mapa e eu não soube responder...
- Preste atenção, meu filhinho; um mapa é um retrato... Você já viu algum retrato?
- Já vi sim, titio... Já vi o de mamãe, o de papai, o do titio, o da madrinha, e o de papai do céu, que é muito bonito...
- Pois é, meu filhinho, um mapa é o retrato de um país... Este mapa que está aqui é o do Brasil, a terra em que nós nascemos...
- Olhe, titio: foi esse mesmo que a professora mostrou na aula... É bonito. Tem a forma de um coração, não é?
- É sim, Geraldo... Tem a forma de coração para que nós o amemos... Não é com o coração que se ama? Você não diz que ama o titio até o coração ?...
- Mas, titio, no mapa do Brasil, não se vê o rosto de ninguém ...

- Meu filhinho: num retrato nós vemos os olhos, a cabeça, o nariz, a boca, as orelhas de uma pessoa. No mapa nós vemos as cidades que são essas rodinhas pretas; os Estados que são essas divisões maiores, e que formam o Brasil.
- Titio, que porção de pedaços!... Quantos são?
- Você sabe contar, Geraldo? Então, vamos contar... Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze, treze, quatorze, quinze, dezesseis, dezessete, dezoito, dezenove e vinte. Diga Geraldo: o Brasil tem 20 estados.¹⁸⁷

E a partir do conhecimento do país e dos estados passou-se aos continentes, chegando à descoberta de que o Brasil fica na América. Observamos aí a incorporação da geografia à história. A primeira lição era conhecer a terra, local onde se desenrolaram as experiências históricas da localidade.

A aula seguinte foi dedicada ao Distrito Federal que o tio explicou a Geraldo ser “*a cabeça do Brasil é a cidade do Rio de Janeiro, porque lá é que está o governo do Brasil*”¹⁸⁸.

Em outro dia, quando perguntado se queria ouvir uma história ou aprender o assunto que se trataria na escola no dia seguinte, o menino lhe pediu que falasse sobre o Estado do Rio, pois a sua professora daria um prêmio ao aluno que soubesse “*melhor a lição*”. O tio-professor identificou o estado no mapa, mostrando ao sobrinho os limites, o rio Paraíba do Sul, a lagoa Feia e a Baía de Guanabara, a capital do estado e as outras cidades que o compunham.

Inquirido sobre os outros estados, o tio passou a relatar-lhe os nomes e suas principais atividades econômicas. Quanto ao Estado do Rio ensinava: “*meu filho, tem tudo: açúcar (Campos); café, em toda parte; gado, frutas, madeiras, algodão, e muitas outras coisas...*”¹⁸⁹.

As duas lições seguintes foram sobre os administradores do Brasil. Primeiramente há uma menção aos governantes de então: Manuel Duarte e seu antecessor Feliciano Sodré; o diretor da Instrução Pública, José Duarte Gonçalves da Rocha; e, por fim, ao fluminense de Macaé, Washington Luís, presidente da República e seus antecessores – de Arthur Bernardes ao Marechal Deodoro. Achando pequena a relação de presidentes, Geraldo pergunta ao tio “*Não há outros, então?*” e este lhe explica que antes dos presidentes havia um imperador

¹⁸⁷ *Ibid.*, p. 7-8.

¹⁸⁸ *Ibid.*, p. 11.

¹⁸⁹ *Ibid.*, p. 17.

D. Pedro II e, antes deste, D. Pedro I, que, “*com outros patriotas fez a independência do Brasil*”.¹⁹⁰

Retrocedendo um pouco mais, o tio explicou que antes da independência o Brasil pertencia a Portugal e, nesse tempo, “*o Brasil não tinha cidade nenhuma... Ele estava cheio de mato... tinha muita cobra, onça, jacaré, macaco, tatu, capivara, tamanduá bandeira...*” e índios¹⁹¹. A partir daí o narrador descreveu para o sobrinho como era a vida dos índios e destacou, entre aqueles que viveram no Rio de Janeiro, os Goytacazes. Por fim, chegou ao descobrimento feito por Pedro Álvares Cabral, que teria ficado muito contente “*meu filhinho, porque o Brasil é um grande país... É um país que tem as maiores riquezas do mundo... É o país mais bonito da terra... É a nossa pátria...*”.¹⁹² E, para saudar a pátria, o tio ensinou-lhe as duas últimas lições: o hino e a bandeira nacional.

Antônio Figueira de Almeida usou várias estratégias de aproximação do leitor com o conteúdo formal. A criação de personagens – o tio e o menino Geraldo – e os capítulos organizados em diálogos levam o leitor a imaginar as cenas que poderiam ser cotidianas. Por outro lado, o autor partia do conhecimento geográfico do mais próximo – o Brasil e os Estados – para chegar a aspectos mais abstratos – os continentes.

Uma outra estratégia foi a inversão da cronologia. Figueira de Almeida partiu dos governantes do estado do Rio e o país em 1929 para demonstrar que já existiram outros presidentes republicanos, e antes destes, monarcas que foram precedidos por um governo estrangeiro, Portugal, que nos “*descobriu*”. E foi essa trajetória histórica que construiu “*a nossa pátria*”, que deveria ser amada e respeitada, por isso que as últimas lições são dedicadas a ensinar o menino Geraldo a cantar corretamente e de cor o Hino Nacional e a desenhar a Bandeira do país.

Neste mesmo ano o autor lançou sua *História Fluminense*, em dois volumes¹⁹³. Estes teriam surgido a partir da solicitação da Livraria Jeronymo Silva para reunir artigos publicados no jornal *O Estado*, da então capital fluminense. É muito difícil precisar o período exato do lançamento de um livro

¹⁹⁰ *Idem.*, p. 22.

¹⁹¹ *Idem.*, p. 23 e 24.

¹⁹² *Idem.*, p. 29.

¹⁹³ Antônio Figueira de Almeida. **História Fluminense**. 1ª parte. Do início até a independência. Niterói: Jeronymo Silva, 1929. _____. **História Fluminense**. 2ª parte. A província. 1822-1889. Niterói: Oficinas Gráficas da Escola Profissional Washington Luís, 1929.

quando não podemos ter acesso aos jornais da época. No entanto, pistas constantes nos próprios volumes nos levam a conjecturar, com alguma certeza, essas informações. No segundo volume da obra Figueira de Almeida inseriu uma série de cartas e resenhas publicadas em jornais acerca do lançamento do primeiro volume. A partir das datas que lhes são atribuídas conseguimos estabelecer que o primeiro volume veio a lume entre janeiro e fevereiro daquele ano, pois a carta de Oliveira Vianna que agradece o exemplar e elogia o trabalho é datada de 26 de fevereiro de 1929. Já o segundo teria sido publicado após 8 de junho de 1929, data da carta que lhe fora endereçada por Affonso d'Escragnolle Taunay e que comentava o primeiro volume da obra.

Este é um trabalho muito diferente das *Lições de História do Brasil*. A *História Fluminense* propunha-se a ser um trabalho historiográfico alicerçado em documentação e cujas informações e julgamentos eram corroborados por autores renomados que se haviam dedicado à história pátria ou a terra fluminense, como informa o próprio autor na *Nota* de abertura do primeiro volume: “no texto são citados autores, livros, e documentos inéditos em que fui colher os dados do presente trabalho”¹⁹⁴. Os volumes saíram ainda anotados por Alberto Lamago, consagrado historiador fluminense que desde a década de 1910 vinha publicando estudos sobre a história nacional e fluminense, mormente de sua decantada Campos dos Goytacazes.

Não há indícios de que este tenha sido publicado como um trabalho voltado para o ensino primário, daí serem infundadas as críticas que lhe fez João Ribeiro:

Não deixaremos de argüir o excesso de minúcias impróprias para um livro destinado à literatura infantil. Conviria talvez omiti-las em grande parte para amenizar a leitura. Há mesmo afirmações inaceitáveis como esta “A função de governador era apenas a de defender o território contra a invasão estrangeira”¹⁹⁵.

Destinado à literatura infantil foram suas *Lições de história do Brasil*. Aquele, no entanto, se propunha ser um trabalho historiográfico moderno alicerçado em fontes primárias e cotejado por obras de pares, características essas que lhe foram exaltadas pelo crítico já citado: “O livro é bem feito, bem pensado e

¹⁹⁴ Antônio Figueira de Almeida. **História Fluminense**. 1ª parte... p. 5.

¹⁹⁵ Antonio Figueira de Almeida. **História Fluminense**. 2ª parte.... p. 5

*bem executado, com estudado conhecimento dos seus temas principais e com o sentimento do método histórico, tão raro em nossos escritores”*¹⁹⁶. Talvez tenham sido estas as credenciais que o levaram a ser adotado na Escola Normal, segundo Figueira de Almeida.

A obra é composta de dois volumes organizados cronologicamente, um dedicado aos tempos coloniais e outro à província.

O primeiro volume é composto de quatorze capítulos, iniciando com o contexto das navegações e descobrimentos portugueses e concluindo com a participação fluminense no processo de independência do país. Tendo como referência os marcos da história pátria, que lhe servem como balizadores, o autor procurou destacar a especificidade do processo histórico no território fluminense e a contribuição local para a configuração da história nacional.

Após abordar o processo de expansão ultramarina portuguesa e o descobrimento do Brasil, o autor indica as primeiras informações sobre a “terra fluminense”. Esta teria sido gerada a partir da Expedição Exploradora que em finais de 1501 esteve no Cabo de São Tomé (Campos) e em 1º de janeiro de 1502 penetrou a baía de Guanabara e que teria ainda aportado em Angra dos Reis. Em finais do ano seguinte, 1503, o navegador florentino Américo Vespúcio fundou “o primeiro estabelecimento fluminense que foi também o primeiro estabelecimento europeu fundado em Santa Cruz”¹⁹⁷: a feitoria de Cabo Frio. Este seria então o fato inaugural do processo de colonização portuguesa na América: “certo é, porém, diante do fato, que o Brasil começou pela terra fluminense”¹⁹⁸.

A partir daí, Figueira de Almeida deu notícia das tribos indígenas que habitavam o atual território fluminense e passou a descrever a política lusitana de colonização desde as capitanias hereditárias, destacando aquelas que compreendiam o território fluminense: a de São Vicente e a da Paraíba do Sul. A fundação da cidade do Rio de Janeiro e a incorporação da capitania da Paraíba do Sul à Coroa lusa são os marcos que põem fim ao primeiro período da história local, levando à formação da nova capitania do Rio de Janeiro, seguindo a lógica dos marcos administrativos. O período colonial foi, por sua vez, dividido em sete fases: 1ª – Martimão e Anchieta – Sucessores do Martimão; 2ª – Campos do

¹⁹⁶ *Ibid.*, p. 5

¹⁹⁷ Antonio Figueira de Almeida. **História Fluminense**. 1ª parte... p. 12

¹⁹⁸ *Ibid.*, p.12.

Goytacazes; 3^a – O litoral fluminense; 4^a – O Vale do Paraíba (influência paulista); 5^a – O Vale do Paraíba (influência mineira); 6^a – Lavoura, criação (mineração?); e 7^a – Últimos tempos coloniais. D. João VI.

Identificavam-se assim as fases de constituição do atual território fluminense. Mantendo a cronologia, o autor analisou inicialmente a fundação da cidade do Rio de Janeiro no processo de disputa entre franceses e portugueses pelo controle da Baía de Guanabara. Destaca-se a ação dos temiminós, na figura de Araribóia (Martimão), como aliados dos lusitanos e constituidores do núcleo inicial de Niterói, que, à época da escrita do livro, era a capital do estado. Em paralelo, o autor destacou a formação de um outro núcleo colonial no norte do estado, a região de Campos dos Goytacazes, ora sob jurisdição da capitania do Rio de Janeiro, ora da do Espírito Santo, e que, em 1833, passou definitivamente para a província do Rio de Janeiro. O terceiro núcleo analisado foi a região da baía de Angra dos Reis. Essas regiões teriam sido ocupadas nos séculos XVI e XVII. Em finais do XVII e durante todo o século XVIII passaria pelo processo de interiorização com os estabelecimentos agrícolas na região do Vale do Paraíba, ora sob a influência dos paulistas (Resende, São João Marcos, Piraí etc.) com o caminho Velho das Minas, ora sob influência mineira após o declínio da atividade mineradora (Cantagalo, Sapucaia, Santo Antônio de Pádua, Valença, Vassouras, Barra Mansa etc.). Concluindo essa análise, sintetiza o autor:

Repetindo as palavras de Afrânio Peixoto “o português penetra o sertão, fundando as primeiras cidades; o paulista, abre as estradas; o mineiro tira o ouro e depois funda fazendas. O fluminense agrícula, faz fortuna e se destaca em todos os ramos da atividade.”¹⁹⁹

A sexta fase, na verdade, não é um período histórico específico. O autor usa esse momento para fazer um balanço das atividades produtivas realizadas no território fluminense – agricultura, pecuária e mineração – e relaciona-as à fixação de núcleos populacionais no estado. Por fim, identifica o último período, os “*últimos tempos coloniais*”, onde destaca as ações do monarca português, D. João, em relação à terra fluminense: a criação de termos judiciários e novas vilas – destacando a Vila Real da Praia Grande (Niterói) e a de São João do Príncipe.

¹⁹⁹ *Ibid.*, p. 90.

D. João criara, com suas ações administrativas, o alicerce para a independência do país e levava ao fim do período colonial.

Com D. João VI encerra-se, pois, o período colonial propriamente dito.

O Brasil atingiu sua maturidade plena, e, uma vez organizado, com liberdade ampla de comércio e indústria, nada lhe ficava faltando para atingir a independência.

O Rio de Janeiro, por seus antecedentes e por suas especiais circunstâncias de prosperidade e opulência, ia ser chamado a representar na vida nacional um papel da importância, já na independência, já na organização do regime monárquico, já finalmente em tudo mais que se seguiria depois.²⁰⁰

O último capítulo foi dedicado a identificar a participação fluminense no processo de independência. Apesar de não ter sido iniciativa fluminense, *o Fico* e a aferição do título de Defensor Perpétuo do Brasil ao príncipe D. Pedro foram acontecimentos amplamente apoiados pelas Câmaras Municipais do Rio de Janeiro. No entanto, não foi apenas pelo apoio ao governante que se expressou a ação fluminense. Vários foram os naturais da Província que participaram ativamente do movimento ou em suas palavras “*foram fluminenses alguns dos mais brilhantes paladinos da independência já na sua realização, já nos trabalhos posteriores que a asseguraram de um modo efetivo e completo*”²⁰¹. Ressalta, assim, a figura do brigadeiro Luiz Pereira da Nóbrega de Souza Coutinho, primeiro ministro da Guerra do país independente, e a do Marquês de Maricá “*que prestou notáveis serviços na confecção da Constituição primeira do Império*”²⁰².

O segundo tomo, dedicado à Província, inicia-se com o “*amanhecer do império*”.²⁰³ A análise que o autor realiza do período imperial tem um caráter eminentemente político-administrativo. O Império “*só começou a existir realmente, em 3 de maio de 1823, com a solene abertura da Assembléia Geral Legislativa e Constituinte do Império do Brasil. Ali se encontraram reunidos, independentes de qualquer estranho poder, pela primeira vez, os representantes do povo brasileiro*”²⁰⁴.

²⁰⁰ *Ibid.*, p. 106.

²⁰¹ *Ibid.*, p. 110.

²⁰² *Ibid.*, p. 111.

²⁰³ Antonio Figueira de Almeida. **História Fluminense**. 2ª parte... p. 13.

²⁰⁴ *Ibid.*, p. 13.

Nos três primeiros capítulos dessa nova parte o autor aborda o processo político do primeiro reinado, a instituição dos partidos políticos (conservadores e liberais) e a criação do Ato Adicional de 1834. Ao fim de cada um deles apresentou quais eram as suas consequências para a província fluminense. Este último gerara a criação da província autônoma da corte, tema a que Figueira de Almeida se dedicou em boa parte do livro²⁰⁵. Haveria assim uma cronologia própria para a província e esta era marcada pela sucessão dos mandatos presidenciais que são sumariados neste quarto capítulo e aprofundados nos capítulos sucessores.

Fixava-se, no período imperial, a época áurea da história fluminense:

A história fluminense em todo o tempo da duração da província é sumamente gloriosa. Não é apenas em consequência da prosperidade econômica, da riqueza da população, do número crescente de cidades, da atividade comercial – que a história da província se tornou excepcionalmente radiosa e bela. O que de preferência a tornou assim brilhante e distinta foi o apuro da civilização do meio social que ela formava, o prestígio inconfundível que ela alcançou no jogo político da nação graças à inteligência, e ao denodo e aos serviços prestados à comunidade brasileira, pelos fluminenses. Nenhuma outra província assumiu jamais uma posição de tanto destaque. Somente a Bahia, já nos últimos tempos da monarquia, ia conseguindo colocar-se na altura da província do Rio de Janeiro.²⁰⁶

Nestes últimos tempos, uma questão latente era a da abolição da escravidão. Dedicando um capítulo à temática, o autor procura mostrar ao leitor que deveria compreender as posições divergentes defendidas pelos fluminenses de então. Acusavam os legitimistas de escravocratas; no entanto, eram apenas defensores da ordem instituída, a qual fora desmoronada pelo fim da escravidão sem o devido cuidado. Não eram defensores da escravidão, mas sim da ordem social e econômica. Por outro lado, havia os abolicionistas que, com a maior justiça, defendiam o fim de um regime de exploração sem igual do homem. De qualquer forma, os fluminenses não deveriam se envergonhar da experiência da escravidão no seu território mas sim ter *“orgulho de nossos antepassados que, nas ocasiões próprias, souberam sempre proceder com patriotismo, com coragem e com desinteresse”*²⁰⁷.

²⁰⁵ *Ibid.*, p. 29 a 60.

²⁰⁶ *Ibid.*, p. 29.

²⁰⁷ *Ibid.*, p. 68.

E concluía o livro com um capítulo onde apresentava a colaboração fluminense nos campos artísticos, literários e científicos relacionando intelectuais que ali nasceram e que neles se destacaram, durante o Império. Como apêndice há a inserção de notas respondendo a críticas a erros constantes na primeira parte e um organograma das vilas e freguesias fluminenses no Império.

Uma outra obra publicada, em princípios de 1929, foi *História do Estado do Rio de Janeiro. Resumo Didático*, de Clodomiro Vasconcellos. Essa publicação fazia parte de uma ação editorial da Companhia Editora Nacional de publicação de histórias dos estados brasileiros. Até aquele momento já tinham sido publicadas as histórias de São Paulo, por Rocha Pombo; a de Minas Gerais, por Lúcio Santos; e a do Distrito Federal, por Max Fleuiss. Os irmãos Weiszlog haviam solicitado a história fluminense a Oliveira Vianna que, ao declinar o convite, indicou Clodomiro Vasconcellos para escrevê-la. A apresentação da obra foi feita por Affonso d'Escagnolle de Taunay. Apesar de não conhecer o autor pessoalmente, Taunay aceitou o encargo de apresentar-lhe o livro e ressaltou a complementaridade desse livro ao de Max Fleuiss, indicando a intrínseca relação entre a cidade e o estado que estiveram unidos até 1834, quando foi criado o município neutro, a Corte, e houve o desmembramento das duas regiões. Segundo o eminente historiador das bandeiras paulistas, este livro cumpria uma função, pois “*preenchendo notável lacuna da nossa bibliografia nacional está à altura de dar aos seus leitores a impressão da importância notabilíssima que no cenário brasileiro sempre coube e cabe à região e ao povo fluminenses*”²⁰⁸.

Essa obra, no entanto, não fora de fácil elaboração, segundo seu autor, que apontou as dificuldades, em seu prefácio. Um primeiro ponto era exatamente aquele destacado por Taunay: a relação entre a cidade do Rio de Janeiro e o estado. “*Examinar e destacar o que particularmente interessa ao Rio de Janeiro era tarefa trabalhosa e de resultados por vezes incertos*”²⁰⁹. Outros elementos que lhe dificultavam o trabalho eram a escassez bibliográfica e a exigüidade de seus arquivos. Sobre esse aspecto, o autor apresenta-nos um quadro desolador, especialmente por ausência de interesse político:

²⁰⁸ Clodomiro Vasconcellos. **História do estado do Rio de Janeiro**. Resumo didático. São Paulo: Companhia Melhoramentos, [1929]. p. 5.

²⁰⁹ *Ibid.*, p. 7.

Perderam-se pouco a pouco e se perdem totalmente ou se extraviam documentos importantes para a história política e administrativa do Rio de Janeiro.

Quem acaso catalogou, entre outros, os arquivos de Sepetiba e de Andrade Figueira, de Uruguay e de Paulino Soares de Souza, de Francisco Otaviano e de Francisco Portela, de Silva Jardim e de Quintino Bocayuva? Por onde andam esses arquivos?

Edifícios sob cujos tetos se realizaram grandes solenidades – recepções a imperantes, assembléias e conferências decisivas para política regional e geral, e para a administração local, têm desaparecido, e deles não há uma fotografia, uma descrição, elementos, enfim, que são material indispensável ao historiador de amanhã.

Não há de fluminenses notáveis, colaboradores na formação de nossa nacionalidade, grandes servidores da pátria e do estado na paz e na guerra, uma coleção completa de biografias ou de retratos.

No estado do Rio de Janeiro só agora foi criada por Feliciano Sodré uma biblioteca²¹⁰.

Apesar de tudo aceitara o encargo por ter o convite partido de Oliveira Vianna ou, como diria Vasconcellos, “*há convites que valem por uma ordem*” e por seu extremo amor pela terra natal ao qual servia, nas funções públicas, desde 1896.

Uma grande inovação dessa obra no conjunto daquelas publicadas sobre o estado no mesmo período foi a inserção de inúmeras imagens – mapas, pinturas históricas, paisagens contemporâneas e retratos – no decorrer do texto. Essa peculiaridade, convém destacar, não é de se estranhar, pois fazia parte da concepção gráfica da coleção projetada pela Companhia Melhoramentos.²¹¹ Estas, por seu turno, serviam como meras ilustrações de episódios ou personagens citados, não estando integradas ao texto. É de se supor que seu autor não tenha participado da seleção e da incorporação destas ao texto final. Provavelmente já havia aí outros personagens na composição do livro: o editor, o ilustrador e o diagramador gráfico. Não há como saber se sua influência se fez apenas em nível da composição gráfica ou se houve interferências no texto final do livro.

²¹⁰ *Ibid.*, p. 8-9.

²¹¹ A título de comparação consultamos a história do Rio de Janeiro de Max Fleiuss e a de Santa Catarina de Lucas A. Boiteux, e observamos a mesma composição gráfica que conferia um padrão estético à coleção. Os livros possuem o mesmo formato (13,5 L X 18,5 A). A capa segue um padrão iniciando pelo nome do autor e uma referência que o qualificava – por exemplo, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro –, o brasão de armas oficiais da unidade federada em análise, seguido do título do livro e, quando era o caso, a informação de adoção oficial pelo governo, ao fim o símbolo da editora. O texto era permeado das imagens já citadas. Cf. Max Fleiuss. **História da cidade do Rio de Janeiro**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, [1928]; Lucas A. Boiteux. **História de Santa Catarina**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, [1930].

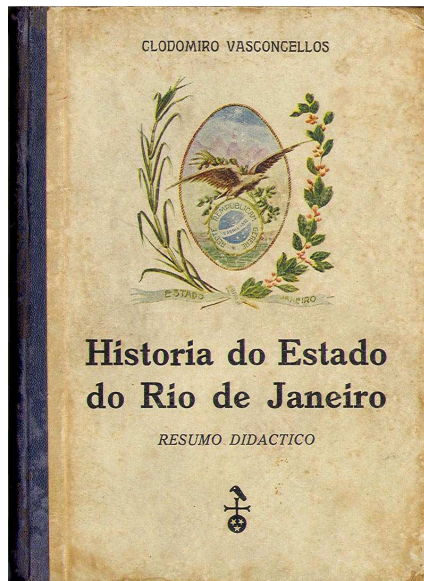


Figura 11: Capa do livro de Clodomiro Vasconcellos. 1929.

Fonte: Clodomiro Vasconcellos. **História do estado do Rio de Janeiro**. Resumo didático. São Paulo: Companhia Melhoramentos, [1929]. Acervo pessoal.

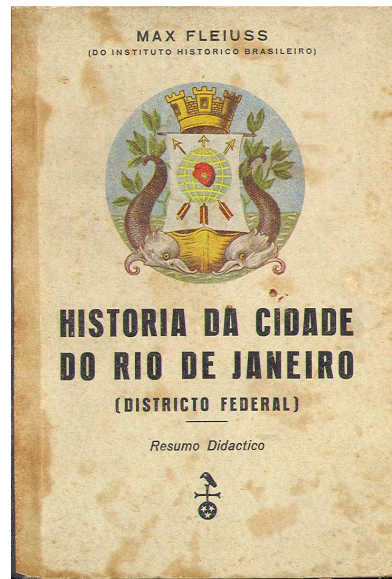


Figura 12: Capa do livro de Max Fleiuss. 1928.

Fonte: Max Fleiuss. **História da cidade do Rio de Janeiro**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, [1928]. Acervo pessoal.

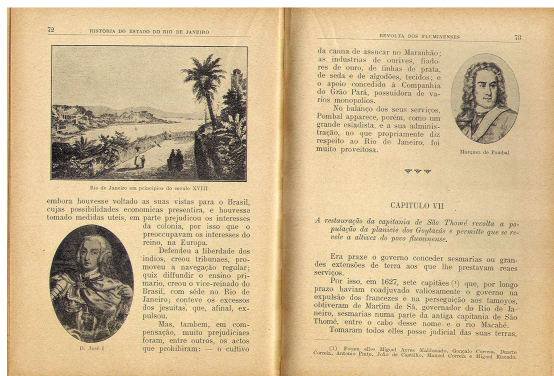
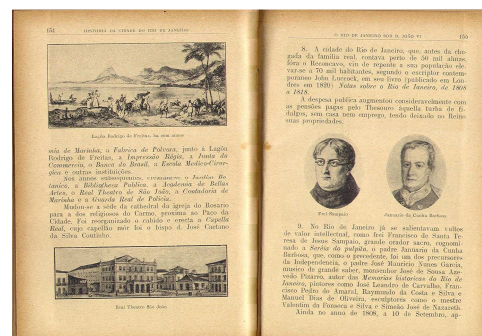


Figura 13: Páginas 72 e 73 do livro de Clodomiro Vasconcellos. 1929.

Fonte: Clodomiro Vasconcellos. **História do estado do Rio de Janeiro**. Resumo didático. São Paulo: Companhia Melhoramentos, [1929]. Acervo pessoal.

Figura 14: Páginas 154 e 155 do livro de Max Fleiuss. 1928.

Fonte: Max Fleiuss. **História da cidade do Rio de Janeiro**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, [1928]. Acervo pessoal.



A história fluminense, construída neste texto, faz-se cronologicamente a partir do primeiro século do descobrimento, o século XVI. Clodomiro Vasconcellos fixa a cronologia nacional a partir do marco zero que fora a chegada lusitana às terras americanas, sem deixar de relacioná-los aos marcos da história pátria – colônia, império e república.

Os oito primeiros capítulos são dedicados aos três primeiros séculos (XVI, XVII e XVIII). O fio condutor da narrativa foram as ações portuguesas no processo de conquista e colonização de suas possessões americanas, nas quais buscava inserir a participação fluminense. Assim, por exemplo, ao demonstrar que a administração lusa optara pelo sistema de capitanias hereditárias para iniciar a colonização das novas terras, o autor apresentava a que capitanias estavam ligadas as terras que compunham o atual estado do Rio de Janeiro. Ou então, após discorrer sobre as características gerais dos povos nativos, Clodomiro Vasconcellos relacionou os povos que habitavam as terras fluminenses. Ou ainda, quando abordou a Inconfidência Mineira, como movimento que lutava pela independência da Colônia frente aos portugueses, ressaltou que “*nesse grande movimento projetado para a proclamação da independência, estava o fluminense Alvarenga Peixoto*”²¹². Os fluminenses foram os co-partícipes, como destaca no título do capítulo, do processo que levou o príncipe D. Pedro I a declarar a independência política do país.

O nono capítulo já começa a apresentar mudanças no estilo narrativo e é dedicado ao quarto século, o Império. Esse capítulo destaca-se as consequências do 7 de setembro para a província fluminense: a criação do município neutro, a sua autonomia administrativa, o seu papel de centro de abastecimento da corte e de ser via obrigatória de ligação da Corte com as outras províncias. Criada a nova província, o autor ressaltou a engenharia administrativa desenvolvida por figuras como o Visconde de Itaboraí, seu primeiro presidente, o Visconde de Uruguai, o Marquês do Paraná, o Visconde de Sepetiba e outros, que “*revelaram-se sempre muito empenhados em dar solução aos problemas de que dependia o progresso do Rio de Janeiro*”²¹³. Estes realizaram importantes ações, entre outros campos, na instrução pública, no desenvolvimento das atividades produtivas e na legislação – “*também não é possível esquecer a obra impecável – regulamentos e*

²¹² Clodomiro Vasconcellos., *op. cit.*, p. 94.

²¹³ *Ibid.*, p. 110.

leis – que serviram de padrão às demais províncias, e que ainda hoje são objeto de consulta e motivo de admiração”²¹⁴. Enfim a *“colaboração do povo fluminense, em todo o século XIX, na formação da nacionalidade, e em todos os acontecimentos de vulto, é evidente, para isso influenciando a importância agrícola, comercial, industrial, intelectual e política da província”*²¹⁵.

A partir daí Clodomiro Vasconcellos dedicou seis capítulos a balanços da experiência fluminense em temáticas específicas: a formação do território, a economia, a vida urbana e rural, a escravidão, os aldeamentos indígenas, a imigração e a evolução administrativa da região e de suas municipalidades.

Retomando o fio da cronologia, o capítulo subsequente apresentava o processo de propaganda republicana e o fim da monarquia. Neste período os fluminenses *“tomaram parte ativa”*, pois *“se impunham ao respeito e à estima, pela ilustração, pelo caráter e por serviços ao país”*²¹⁶. Não houve, no entanto, dificuldades para a adaptação do estado ao novo regime político, pois, ao lado de Deodoro estava *“Benjamin Constant, fluminense, e cuja ação na propaganda, foi preponderante, como preponderante foi ela na proclamação do novo regime. E nenhuma dificuldade houve, então, na organização do primeiro governo republicano em o novo estado – a ex-província do Rio de Janeiro, tendo sido esse governo confiado ao dr. Francisco Portella”*²¹⁷.

Daí em diante o autor estabeleceu quatro capítulos sobre o período republicano. Aí a história é a história política, em que o autor fez um panorama das administrações estaduais desde Francisco Portela até Manuel Duarte, que estava em seu primeiro ano de governo. Clodomiro Vasconcellos destacou as principais ações administrativas de cada governante e as disputas políticas que levaram o estado a uma constante instabilidade.

Fechando o livro, o último capítulo era dedicado à *“colaboração fluminense na formação da nacionalidade. Letras, ciências e artes”*. Neste, relacionou os filhos dessa pequena pátria, com vários esboços biográficos, que se destacaram *“com muito relevo, na formação da nossa nacionalidade”*²¹⁸.

²¹⁴ *Ibid.*, p. 115.

²¹⁵ *Ibid.*, p. 116.

²¹⁶ *Ibid.*, p. 179.

²¹⁷ *Ibid.*, p. 183.

²¹⁸ *Ibid.*, p. 211.

Concluindo esse conjunto de publicações editadas sob influência da Reforma da Instrução, localizamos o livro *O Estado do Rio de Janeiro. Ensaio para o estudo de sua história*, de José Mattoso Maia Forte. Em uma nota de abertura o autor explicou a origem do trabalho. Segundo Maia Forte, a comissão dos festejos do centenário da independência de 1922 lançou um concurso de monografias sobre o estado. O edital de convocação fixou o temário e estabeleceu o limite de cem páginas para os trabalhos. Apesar de ter ganho, na categoria em que concorreu, a “*monografia*” não foi publicada. Essa obra não seria uma história do estado:

Não é, como se verá, uma história do estado do Rio de Janeiro; são resumidas notas, coordenadas segundo um programa fixado de antemão, mas que podem ser úteis a quem quiser conhecer algumas coisas do torrão fluminense. Divulgando-as agora, temos a intenção de prestar, mais do que um serviço de pouca valia, uma homenagem aos fluminenses.²¹⁹

Escrito em 1922, seu autor atualizou-o com informações concernentes às administrações estaduais até 1928. Apesar de não apresentar justificativas para sua publicação em 1928, além daquelas de fundo pessoal, como aparecem na citação acima, é bem provável que seu autor tenha se aproveitado do movimento editorial gerado pela Reforma da Instrução. Na segunda edição deste livro, há um indício que corrobora nossa assertiva. Justificando a edição de 1944, escreve o autor:

A primeira edição, mínima, esgotara-se rapidamente. Vendida apenas uma quinta parte, as quatro restantes foram por mim distribuídas à imprensa, aos amigos, às bibliotecas e a maior parte doada a alunas da antiga Escola Normal do Estado, que procuravam obter exemplares por indicação de sua ilustre professora, D. Evelina Belisário Soares de Souza. Foi um grande prazer para mim que, desse modo, se esgotasse a tiragem que fizera²²⁰.

Também a segunda edição fora motivada por uma ação do governo fluminense. Rubens Falcão, então diretor do Departamento de Educação do Estado, teria procurado-o para adquirir os exemplares que possuísse. Não detendo mais nenhum, Falcão sugeriu uma nova edição às expensas da administração

²¹⁹ José Mattoso Maia Forte. **O Estado do Rio de Janeiro**. Ensaio para o estudo de sua história. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1928. p. 3.

²²⁰ José Mattoso Maia Forte. **O Estado do Rio de Janeiro**. Ensaio para o estudo de sua história. 2ª ed. Niterói: Diário Oficial, 1945. p. V.

estadual. Esta fora “*ampliada e atualizada*”, incorporando correções indicadas por Alberto Lamago e dados referentes às administrações estaduais pós-1928.

Ainda mesmo na capa, seu autor destaca o que havia de essencial na obra: “*Formação política e territorial da província e do estado – História política – Etnografia – Colonização – Papel desempenhado pela província e pelo estado na via econômica e social do país – Estadistas e parlamentares fluminenses no Império e na República*”²²¹.

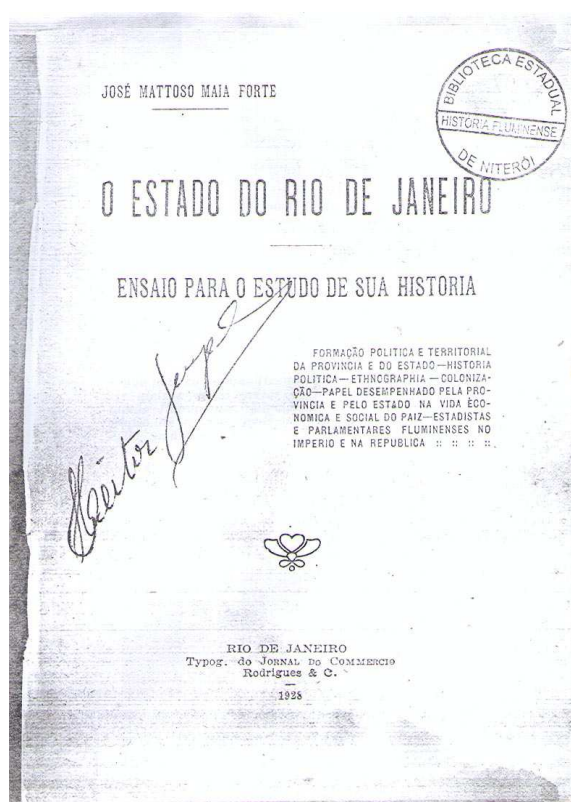


Figura 15: Capa do livro de José Mattoso Maia Forte. 1928.

Fonte: José Mattoso Maia Forte. **O Estado do Rio de Janeiro**. Ensaio para o estudo de sua história. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1928. Acervo da Sala Mattoso Maia, Biblioteca Pública de Niterói.

Podemos destacar, então, que o autor priorizou os aspectos políticos e econômicos na construção de seu texto. Não temos como afirmar se tal escolha fora intencional ou se atendia as exigências do edital do concurso. Seu autor justificava os limites do texto explicitando que “*escrevemos esta memória*

²²¹ *Ibid.*, capa.

obedecendo ao tema proposto pela Comissão, ficando o seu desenvolvimento, nos termos do edital, circunscrito a cem páginas”²²². Aqui não fica claro se o edital estabelecia apenas o tema geral ou se tinha um caráter programático fixando as temáticas que deveriam constar nos trabalhos em concurso. Para tal teríamos de ter acesso a esse documento que não foi localizado consultando os atos oficiais do período²²³. Por outro lado, poderíamos supor que tal escolha estava relacionada à própria inserção política de seu autor na administração republicana do Estado do Rio de Janeiro. José Mattoso Maia Forte nasceu em 24 de dezembro de 1873, filho de Ernesto Mattoso e Isaura Soares Mattoso, em Vassouras. Fez seus estudos primários em sua terra natal. Ingressou nos quadros da administração estadual em 1891 como praticante da Diretoria de Fazenda e dois anos depois participou do Batalhão Acadêmico criado para defender a capital fluminense das tentativas de invasão pelos participantes da Revolta da Armada. Exerceu vários cargos de chefia e secretarias governamentais, chegando a ser Secretário Geral do Estado durante a gestão de Nilo Peçanha entre 1915 e 1917. Ingressou no jornalismo em 1890 colaborando com vários jornais fluminenses e do Rio de Janeiro como O Estado, O País e o Jornal do Comércio²²⁴.

Após a nota explicativa há uma epígrafe extraída do livro *Terra Fluminense*, de Olavo Bilac e Coelho Neto, que corrobora seu amor à pequena pátria já expressa ao fim da nota explicativa do livro citada anteriormente:

Esta é a terra fluminense, um dos mais belos trechos da grande pátria brasileira...

Para explorar a sua riqueza, para a amar, para a aproveitar – há o homem, seu filho, - não já o selvagem que os navegantes de Portugal vieram encontrar, nem o homem escravo que o sentimento do cativo oprimia e desmoralizava, mas o homem livre e inteligente, aparelhado para a luta e tendo a consciência do seu valor moral e a presciência do futuro grandioso da terra que lhe foi berço²²⁵.

²²² *Ibid.*, p. 3.

²²³ Cf. Desidério de Oliveira Júnior (Org.). **Indicador de leis, decretos, deliberações e mais atos relativos ao período de 1 de janeiro de 1922 a 31 de dezembro de 1925**. Suplemento B. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1929. Consultei o jornal O Fluminense do ano de 1922 e não há referências a tal concurso.

²²⁴ Rubens Falcão. Um fluminense padrão. In: José Mattoso Maia Forte. **Notas para a história de Niterói**. (1935). 2ª ed. Niterói: Instituto Niteroiense de Desenvolvimento Cultural, 1973. p. 5-7. Vicente Tapajós; Pedro Tórtima. **Dicionário bibliográfico de historiadores, geógrafos e antropólogos brasileiros**. Rio de Janeiro: Gráfica do Livro, 1993. Vol. 4. p. 61-62.

²²⁵ José Mattoso Maia Forte, *op. cit.*, p. 5.

Uma inovação dessa obra frente às outras é que o autor alicerça o texto nas discussões historiográficas acerca dos temas que trata. Não se quer dizer que os autores anteriores não mencionassem obras consultadas. O que se quer destacar é que Mattoso Maia faz a crítica historiográfica dos assuntos que aborda apresentando as versões correntes e defendendo seus posicionamentos a partir de autores e documentos enquanto Figueira de Almeida, por exemplo, apenas citava livros e documentos como fontes de informação. Em relação às fontes destacava os relatos de viajantes tendo sido responsável pela tradução de “*Viagens pela Província do Rio de Janeiro em 1816 a 1816*”, de Augusto de Saint Hillare, publicada em 1937 pela Companhia Editora Nacional.²²⁶

Diferentemente dos outros autores, Mattoso Maia parte do estabelecimento do sistema de capitanias hereditárias, pois o território fluminense fez parte das capitanias de São Thomé (Paraíba do Sul) e de São Vicente. O autor trata de cada uma em dois capítulos separados até o ponto em que convergem com a incorporação da primeira à Coroa lusa e o estabelecimento da capitania do Rio de Janeiro. Destaca-se a doação da coroa portuguesa, a população autóctone, a ação dos donatários e o estabelecimento dos primeiros núcleos – freguesias e vilas.

Chegando ao fim do século XVIII o autor insere o terceiro capítulo em que avalia as ações colonizadoras portuguesas no território fluminense: a primeira fixação no litoral, o avanço para o sertão, o estabelecimento da escravidão africana, a vida rural, a imigração europeia e as aldeias indígenas.

O alvorecer do século XIX encontrou a “*aspiração de independência política*” como “*idéia amadurecida no espírito do povo brasileiro desde os fins do século XVIII*”. “*A tendência para que o Brasil quebrasse os frouxos laços que o ligavam ao trono de Portugal estava latente e mal se escondia sob os protestos de uma fidelidade que era toda aparente*”²²⁷.

Ideia amadurecida que contou com o concurso fluminense para se efetivar em 1822, tema a que se dedicou no quarto capítulo, identificando o apoio das Câmaras Municipais da província ao movimento emancipacionista e ao estudo

²²⁶ Augustin de Saint-Hilaire **Viagens pela Província do Rio de Janeiro em 1816 a 1816**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

²²⁷ José Mattos Maia Forte. *op. cit.*, p. 55.

das ações do brigadeiro Luiz da Nóbrega Pereira de Souza Coutinho que, apesar de não ter tido:

a importância, nem o brilhantismo dos Andradas, de Ledo, de José Clemente e de outros patriotas, cujos nomes a História Pátria inscreveu como apóstolos da cruzada que nos conduziu ao Sete de Setembro; mas, nem por isto, nem por lhe faltar o talento e a ilustração daqueles vultos, deixou de ser um dos mais esforçados cooperadores da obra que se consumou com o brado do Ypiranga²²⁸.

O capítulo seguinte foi dedicado à Província. Criada em 1834, foi o momento em que a região teve “*seus dias áureos, tanto em relação à sua influência na política nacional, com à sua prosperidade econômica. A província foi, por assim dizer, um principado político no Império, uma espécie de pasta suplementar dos gabinetes ministeriais*”²²⁹. Isso por que eram escolhidos grandes estadistas para governá-la. Mattoso Maia relacionou os presidentes provinciais e suas principais ações administrativas e listou os filhos da terra na Assembléia do Império.

Antes de abordar a questão da abolição e do republicanismo na província, o autor dedicou-se a estudar a evolução municipal local no momento da criação da província e durante o século XIX – fixando os atos administrativos de criação das paróquias, freguesias, curatos, vilas e cidades que geraram os 48 municípios que existiam em 1922.

O capítulo dedicado à abolição da escravatura visava rebater a imagem de ter sido a província do Rio de Janeiro o principal centro de resistência à abolição. Afirmava o autor:

A província do Rio de Janeiro foi tanto um centro de resistência quanto as demais províncias; entretanto, sua ação pela liberdade dos escravos foi das mais notáveis na história da evolução do abolicionismo, quer no Parlamento, quer na propaganda popular²³⁰.

As leis que, gradativamente, anunciavam o fim da escravidão – a de 1831, a de 1850, a de 1871 e a de 1888 – tiveram a colaboração de estadistas fluminenses. Mas foi na propaganda abolicionista que os filhos da província tiveram maior destaque: Patrocínio e Carlos de Lacerda. O reacionarismo não se

²²⁸ *Ibid.*, p. 60.

²²⁹ *Ibid.*, p. 74-75.

²³⁰ *Ibid.*, p. 94.

justificava tendo em vista que em antes da Lei Áurea em vários municípios registrou-se a “*libertação em massa*” de escravos, citando como exemplo a cidade de Campos que entre 11 de março e 5 de abril teve 8.727 cartas de alforrias contabilizadas. Isso acabou “*acelerando a iniciativa que, afinal, tomou a Regente do Império, D. Isabel, propondo ao Parlamento, por intermédio do Ministério João Alfredo, a abolição dos escravos*”²³¹.

Quanto ao republicanismo, Mattoso Maia fixa, citando Miguel de Carvalho, a data de 1876 como marco inicial no estado com a organização de um club e um jornal em São Fidélis e em Paraíba do Sul, respectivamente. Mas lembra que antes, em 1870, fluminenses assinaram o Manifesto Republicano. A eleição de José Thomaz Porciúncula para a Assembléia Provincial foi considerada a alavanca do republicanismo na Velha Província.

É dessa data que verdadeiramente parte o início de um movimento regular de propaganda em todo o Estado; o período evolutivo vai de marcha ascensional, do puro platonismo envereda-se pelo doutrinário, as idéias passam a corporificar-se, à palavra casa-se a ação.²³²

A partir daí surgiram vários jornais e clubes foram fundados para defesa dos ideais republicanos nas municipalidades. Em 1888 foi organizado um congresso republicano fluminense. Grandes tribunos, como Silva Jardim e Lopes Trovão, viajavam pelo país defendendo seus ideais.

Proclamada a República, a Assembléia Provincial não se opôs e Francisco Portela assumiu o governo nomeado pelo marechal Deodoro da Fonseca.

A partir daí Mattoso Maia passou a relacionar os presidentes do novo estado e seus principais atos administrativos, que conhecia muito bem, pois, desde 1891, integrava a administração estadual. Por isso mesmo procurou esclarecer que fazia um relato imparcial dos fatos. Sobre o primeiro governo de Nilo Peçanha, por exemplo diz:

Nilo Peçanha faleceu recentemente: é cedo para que a justiça da história se pronuncie desapassionadamente sobre a sua obra de governo, combatida por uns, mas certamente louvada pelo maior número, e tanto assim que a nação escolheu-o para ser o Vice-Presidente da República no período da presidência de Afonso Pena. Contemporâneo dele, não nos sentimos com a isenção precisa para

²³¹ *Ibid.*, p. 96.

²³² *Ibid.*, p. 98.

um juízo definitivo como é o da história. O mesmo podemos dizer dos presidentes que se lhe seguiram²³³.

Mas “*não era somente à política nacional que a província e o estado do Rio de Janeiro forneceram um contingente de homens que se distinguira*”²³⁴. E, para comprovar essa assertiva, relacionou os nomes de poetas, romancistas, historiadores, médicos, juristas, engenheiros, pedagogos, músicos, tribunos, jornalistas, sacerdotes, filósofos, militares, pintores, escultores, caricaturistas. Encerrando o livro, relacionou os patronos e membros da Academia Fluminense de Letras.

3.5

História em tempos de mudança

Ao se encerrar a década de 1920, no estado do Rio de Janeiro, observamos que houve uma alteração no cenário intelectual e político no que concerne à reflexão sobre a história fluminense.

O *Álbum do Estado do Rio de Janeiro* comemorativo ao centenário da independência do Brasil é emblemático das perspectivas daqueles que se dedicavam a estudar a região em princípios daquela década. O *Álbum* visava construir para o estado uma imagem alicerçada na conjunção de dados geográficos, estatísticos e econômicos do momento então vivido, 1922. Há, aí, pouca atenção à história. O que importava era o tempo presente. Um presente que se queria promissor em oposição ao passado recente que deveria ser esquecido por ser identificado como tempo de decadência. O presente representava um momento de mudanças nessa conjuntura. Havia o esforço de apresentá-lo como tempo de recuperação econômica e política, de pujança e prosperidade, que geraria um porvir venturoso. Nada melhor do que expor aos outros estados e aos outros países um estado em crescimento. Um estado que investia na educação como símbolo para representá-lo, através da construção de escolas-monumentos.

²³³ *Ibid.*, p. 118.

²³⁴ *Ibid.*, p. 120.

A educação como investimento a longo prazo, um investimento no futuro. Um tempo de mudanças... Mudanças que não caminharam como previam os dirigentes políticos de então.

O final de 1922 foi marcado por alterações no cenário político do estado que levaram a um novo relacionamento de dirigentes e intelectuais com a história. A partir desse momento, até mesmo como forma de diferenciar-se do período anterior, os novos tempos passam a ser delineados a partir da tradição histórica do estado. Não se quer com isso dizer que durante o nilismo não houvesse a memória da Velha Província. Havia, mas não era nela que se alicerçavam os discursos identitários do estado. Os nilistas colocavam-se como construtores de um novo tempo.

A Renascença Fluminense, surgida no momento em que se configurava um novo grupo político dirigente no estado, associava-se ao sodrelismo para materializar seus esforços em resgatar e perpetuar a memória local através da construção de ícones de pedra e cal, ou bronze, e na realização de seu projeto de formação. Havia uma perspectiva pedagógica nas ações renascentistas, pois se visava a formação cívica alicerçada nos heróis e nas efemérides. Ensiná-las, fosse em conferências ou com a construção de monumentos, teria a função de mostrar a crianças ou adultos os valores passados da terra que a tinham feito grande em outros tempos, assim como eles poderiam fazê-la naquele momento.

A crença no papel da educação na formação do novo homem fluminense se consubstanciou na Reforma da Instrução Pública e esta promoveu um lugar de destaque para a história do estado. José Duarte da Rocha, promotor das mudanças educacionais no estado, expressava em seu relatório suas esperanças de que a educação do povo geraria novos tempos: *“somente por isto hei conseguido dar execução ao plano de ação traçado pelo atual governo, visando ao renascimento e à felicidade da terra fluminense, pela educação”*²³⁵.

A *Reforma* elegeu os alunos como seu principal alvo de atenção, fossem estes da escola primária ou da Escola Normal. Aqueles por estarem se formando e estes por serem os responsáveis por formá-los. Os ideais escolanovistas que embasaram a Reforma propugnavam a construção do conhecimento através da experimentação, do concreto, do mais próximo. E o que seria mais próximo do

²³⁵ José Duarte da Rocha. *op. cit.*, p. 89.

que as experiências vivenciadas pelos educandos em sua pequena pátria? Provavelmente esse é um movimento que ocorreu em outros estados mas que ainda não foi tema de estudos no campo da história da educação. Mantém-se a corografia, mas se autonomiza a história no estudo sobre o estado. Eis que surge a história fluminense enquanto disciplina autônoma na escola do estado e com isso surgem os primeiros manuais sobre a temática. Analisando-os, observamos que, apesar de especificidades, pode ser indicadas uma série de elementos comuns nesses livros.

Os autores analisados pautam suas narrativas no binômio tempo-espço. Tempo, instrumental básico para todo aquele que se dedica ao estudo da história, era aqui encarado de formas diferenciadas. Apesar de os marcos da história pátria servirem como pano de fundo para a construção da história regional, encontramos nos autores analisados um esforço em estabelecer uma cronologia própria para o estado. Intentava-se demarcar a especificidade local frente ao processo maior, a história do país.

Por outro lado, há a questão do espaço, questão latente, pois o território fluminense ainda sofria litígios na década de 1920. Questão que se colocava àqueles modernos redescobridores do país que realizavam inventários e expedições de reconhecimento do interior: sanitaristas, educadores, militares etc. A geografia, nesse período, impunha-se como tema importante no debate intelectual e na historiografia, como vimos no primeiro capítulo. Era importante delimitar o espaço para apresentar uma certa unidade, experiências comuns para os viventes naquele local que lhes geraria uma identidade coesa. Mostrava-se que o espaço foi historicamente construído – originando-se nas capitanias de São Tomé (Paraíba do Sul) e de São Vicente – e que ali se formara uma unidade da federação que fora das mais importantes do país.

Voltava-se ao passado mas não o passado recente, que onde os nilistas tinham papel preponderante e que carregava as marcas da política oligárquica da Primeira República. Elegeu-se o período imperial como um tempo a ser resgatado. Foi essa produção que materializou como discurso historiográfico a imagem da Velha Província como a Idade de Ouro local, imagem essa muito explorada entre os dirigentes políticos desde princípios da República. Cipriano de Carvalho, Secretário de Obras do estado, em 1897, já transmitia um tom nostálgico em seu relatório:

O Estado do Rio de Janeiro, produtor e florescente outrora, atravessa hoje a crise que avassala o país inteiro. A sua grande lavoura tem desaparecido quase inteiramente, jazendo abandonadas importantes fazendas, com os seus edifícios em ruína, e que apresentam, na região de serra abaixo, o aspecto de desolação que me foi dado, dolorosamente, sentir, por ocasião de minha excursão, logo depois de empossado do cargo de Secretário de Estado, e realizada com o fim de estudar e verificar as nossas principais necessidades materiais²³⁶.

Em 1928, Paulino Soares de Souza Neto escrevia algo próximo:

Estávamos aqui no estado acostumados a contemplar, com a nostalgia imponente da saudade das coisas que não voltam, a idade de outro de nosso passado político e econômico transcorrido no Segundo Reinado.. o império era como um paraíso perdido de riquezas materiais e morais (...) que deveria ser recuperado²³⁷.

Identificava-se o período imperial como aquele passado de fausto. Tal processo, analisado por Raoul Girardet, é fundamental no processo de satisfação dos anseios e inquietações das sociedades acerca dos acontecimentos presentes. Nesse contexto constrói-se uma imagem do passado excepcionalmente feliz ou catastrófico. O presente e o futuro passam a ser definidos pelo que se foi, ou melhor, pelo que se supõe ter sido. Nesse sentido, o passado “*ao qual se referem nunca foi diretamente conhecido; seu poder evocador é o de um modelo, de um arquétipo, modelo e arquétipo a que a emergência fora do tempo decorrido parece por definição dar um valor suplementar de exemplaridade*”²³⁸. Mitifica-se o passado como forma de se traçar projeções e justificar ações presentes. Marieta de Moraes Ferreira afirmou que essa era “*exatamente a representação produzida pelos fluminenses para resgatar seu passado e traçar as linhas de seu presente e futuro*” durante toda a Primeira República²³⁹. Apesar de estar presente enquanto memória, a imagem da Velha Província como Idade do Ouro só se consolida como história – aqui entendida como discurso ordenado sobre o passado – no final da década de 1920 com a construção dos primeiros livros de história do

²³⁶ Cipriano de Carvalho. Relatório do Secretário de Obras. 1897. *apud*: Clodomiro Rodrigues de Vasconcellos. **O Estado do Rio de Janeiro**. volume 1. Rio de Janeiro: Viúva Azevedo & C Editores, 1907. p. 117.

²³⁷ Paulino Soares de Souza Neto. O espírito ideológico de Feliciano Sodré. In: Manoel Bastos Leite, *op. cit.*, p. 4.

²³⁸ Raoul Girardet. A idade de ouro. In: _____. **Mitos e Mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 98. cf também. Jacques Le Goff. Idades míticas. In: _____. **História e Memória**. São Paulo: Ed. Unicamp, 1994. p. 238-323.

²³⁹ Marieta de Moraes Ferreira. **Em busca da Idade do Ouro**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, Tempo Brasileiro, 1994. p. 16.

estado. João Pinheiro Ribeiro, Antônio Figueira de Almeida, Clodomiro Vasconcellos e José Mattoso Maia Forte são os responsáveis por endossar essa imagem dando-lhe um cunho científico a partir dos seus livros. Ao analisar o período imperial, esses autores são unânimes em reafirmá-lo como época áurea local. Como o período de grandeza perdida, mas que estava sendo recuperada. Nessas análises a afirmação da recuperação dos tempos então vividos projetava um futuro promissor para o estado.

Além disso, as narrativas historiográficas aí construídas estabeleceram temas e cronologias que doravante marcarão os demais estudos sobre o estado. Firma-se também um método de trabalho em que a crítica historiográfica e a pesquisa documental são consolidadas como bases do trabalho do historiador.